D.O.M. Estado do Rio de Janeiro, 06 de Agosto de 2026
Subsecretaria de Comunicação
Ano XXII Edição Nº 2570
PREFEITURA MANGARATIBA

DIÁRIO OFICIAL

DO MUNICÍPIO DE MANGARATIBA

Endereço: Praça Robert Simões, nº 92 - Centro - Mangaratiba - RJ
Telefone: (21) 2789 6000 · Site: http://www.mangaratiba.rj.gov.br/novoportal

Inscrições para as aulas gratuitas de Judô

Disciplina, respeito, foco e muito aprendizado. É isso que espera por crianças e jovens nas aulas gratuitas de Judô, que começam na próxima terça-feira (11) no Estádio Municipal José Maria de Brito Barros, na Praia do Saco. As aulas são voltadas para crianças e adolescentes que tenham entre 6 e 17 anos.

O projeto é uma parceria da Prefeitura de Mangaratiba, por meio da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, com o Instituto Judô3, e reforça o compromisso com a promoção do esporte e a inclusão social no município.

Inscrições: a partir do dia 11, no local das aulas.
Local: Estádio Municipal José Maria de Brito Barros
Av. Frei Affonso – Praia do Saco
Aulas: Terças e Quintas
8h às 10h | 14h às 17h
Mais informações: (21) 99698-3467

Esperamos você para fazer parte desse projeto!



PREFEITO
LUIZ CLÁUDIO DE SOUZA RIBEIRO

VICE-PREFEITO
LUCAS DA SILVA VENITO

CHEFE GERAL DE GABINETE
MICHEL ELIZIARIO SANTOS

PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
ANDRÉ BRASIL DE SIQUEIRA

CONTROLADOR GERAL DO MUNICÍPIO
MARCOS BARBOSA CAVALCANTE JÚNIOR

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS
LUCIANA CAMPOS PEREIRA DA SILVA SANTOS

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
RENATO DELMIRO CABRAL

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS
EDUARDO FERREIRA JORDÃO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
LUÍS EDUARDO LOPES DA COSTA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TESOURO
MARCELLO COSTA DA ROSA

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS
NATACHA ISABELA TOREZANI KEDE

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA
RICARDO GICQUEL DA SILVA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE
LUCAS DA SILVA VENITO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL
ANTÔNIO CARLOS ANICETO

SECRETARIA MUNICIPAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
LAURO TENÓRIO PINHEIRO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ORDEM PÚBLICA
RODRIGO SANTOS BONDIM

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO
ANDERSON BRITO DE QUADROS

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TURISMO E EVENTOS
VITOR TENÓRIO SANTOS

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRANSPORTE
LEÔNIO DA SILVEIRA DIAS

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CULTURA
FELIPE JOSUÉ VARELA DOS SANTOS

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
RÔMULO DOS SANTOS NOGUEIRA

SECRETÁRIA MUNICIPAL DA MULHER
GABRIELA ANGELO DO NASCIMENTO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DA JUVENTUDE
ANA LUÍSA DA SILVA VENITO

PRESIDENTE DO INSTITUTO JOSÉ MIGUEL
LIDIO COUTO AMORIM

PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MÁRIO PEIXOTO
PAULO HENRIQUE DO VALLE SANTOS

PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE MANGARATIBA
ANDERSON DA SILVA MOREIRA

PRESIDENTE DA EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTES DE MANGARATIBA
EDUARDO ESTRELA DOS SANTOS

PRESIDENTE
NILTON CARLOS SANTIAGO BARROS

VICE PRESIDENTE
MAIR ARAÚJO BICHARA

1° SECRETÁRIO
CECÍLIA RIBEIRO CABRAL

2° SECRETÁRIO
JOSUÉ DOS SANTOS

VEREADORES:
AILTON SOARES JUNIOR
ALCIMAR MOREIRA CARVALHO
ANTONIO CESAR DOS SANTOS JUNIOR
CECÍLIA RIBEIRO CABRAL
DANIEL DE SOUZA VASCONCELLOS
JOÃO FELIPPE DE SOUZA OLIVEIRA
JOSUÉ DOS SANTOS
KAIO LUIZ PEIXOTO FREIJANES
MAIR ARAÚJO BICHARA
MARCIO SARGUIS TELHADO
NIELSON KOPKE DE JESUS
NILTON CARLOS SANTIAGO BARROS
YURY AGUIAR DOS REIS

PORTARIA ADM. N.º 1041 DE 04 DE AGOSTO DE 2026.
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS, no uso de suas atribuições, nos termos da Delegação de competência que lhe foi atribuída no Decreto n.º 4.131 de 03 de dezembro de 2019,
RESOLVE:
Conceder 180(CENTO E OITENTA) dias de licença médica a(o) servidor(a) DANIELE MAGALHAES PASSOS CARDOSO, VIGILANTE, matrícula n.º 051, lotado(a) no(a) CAMARA MUNICIPAL DE MANGARATIBA, com efeito retroativo a partir de 14/05/2026 a 09/11/2026, conforme processo n.º 616/2025.

PORTARIA ADM. N.º 1042 DE 04 DE AGOSTO DE 2026.
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS, no uso de suas atribuições, nos termos da Delegação de competência que lhe foi atribuída no Decreto n.º 4.131 de 03 de dezembro de 2019,
RESOLVE:
Conceder 45(QUARENTA E CINCO) dias de licença médica a(o) servidor(a) MARCELLE MORAES LOPES, VIGILANTE, matrícula n.º 043, lotado(a) no(a) CAMARA MUNICIPAL DE MANGARATIBA, com efeito retroativo a partir de 14/06/2026 a 28/07/2026, conforme processo n.º 4837/2026.

PORTARIA ADM. N.º 1043 DE 04 DE AGOSTO DE 2026.
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS, no uso de suas atribuições, nos termos da Delegação de competência que lhe foi atribuída no Decreto n.º 4.131 de 03 de dezembro de 2019,
RESOLVE:
Conceder 60(SESSENTA) dias de licença médica a(o) servidor(a) ALESSANDRA RODRIGUES DE SOUZA, ODONTOLOGO, matrícula n.º 10247, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, com efeito retroativo a partir de 17/06/2026 a 15/08/2026, conforme processo n.º 8805/2025.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Mangaratiba, 04 de agosto de 2026.
Luciana Campos Pereira da Silva Santos
Secretária Municipal de Administração e Suprimentos
Portaria nº 2042/2025

PORTARIA ADM. N.º 1044 DE 05 DE AGOSTO DE 2026.
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS, no uso de suas atribuições, nos termos da Delegação de competência que lhe foi atribuída no Decreto n.º 4.131 de 03 de dezembro de 2019,
RESOLVE:
Conceder 136(CENTO E TRINTA E SEIS) dias de licença médica a(o) servidor(a) TELMA CRISTINA FEIJO SAMPAIO DA SILVA, PROFESSOR II, matrícula n.º 1758, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com efeito retroativo a partir de 16/03/2026 a 29/07/2026, conforme processo n.º 8949/2022.

PORTARIA ADM. N.º 1045 DE 05 DE AGOSTO DE 2026.
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS, no uso de suas atribuições, nos termos da Delegação de competência que lhe foi atribuída no Decreto n.º 4.131 de 03 de dezembro de 2019,
RESOLVE:
Conceder 180(CENTO E OITENTA) dias de licença médica a(o) servidor(a) CARLOS MILTON LOPES DA CONCEICAO MARTINS, MEDICO CLINICO GERAL, matrícula n.º 1849, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, com efeito retroativo a partir de 13/07/2026 a 08/01/2027, conforme processo n.º 8795/2025.

PORTARIA ADM. N.º 1046 DE 05 DE AGOSTO DE 2026.
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS, no uso de suas atribuições, nos termos da Delegação de competência que lhe foi atribuída no Decreto n.º 4.131 de 03 de dezembro de 2019,
RESOLVE:
Conceder 60(SESSENTA) dias de licença médica a(o) servidor(a) JANAINA AZEREDO DE CARVALHO, PROFESSOR I, matrícula n.º 2788, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com efeito retroativo a partir de 27/07/2026 a 24/09/2026, conforme processo n.º 2690/2020.

PORTARIA ADM. N.º 1047 DE 05 DE AGOSTO DE 2026.
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS, no uso de suas atribuições, nos termos da Delegação de competência que lhe foi atribuída no Decreto n.º 4.131 de 03 de dezembro de 2019,
RESOLVE:
Conceder 30(TRINTA) dias de licença médica a(o) servidor(a) ANDREA PEREIRA ALVES FILGUEIRAS, PROFESSOR II, matrícula n.º 10148, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com efeito retroativo a partir de 15/07/2026 a 13/08/2026, conforme processo n.º 12795/2021.

PORTARIA ADM. N.º 1048 DE 05 DE AGOSTO DE 2026.
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS, no uso de suas atribuições, nos termos da Delegação de competência que lhe foi atribuída no Decreto n.º 4.131 de 03 de dezembro de 2019,
RESOLVE:
Conceder 90(NOVENTA) dias de licença médica a(o) servidor(a)

ANNA CAROLINE ANASTACIA TAVARES DOURADO GOMES RANGEL, PROFESSOR II, matrícula n.º 10577, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com efeito retroativo a partir de 29/05/2026 a 26/08/2026, conforme processo n.º 10523/2023.

PORTARIA ADM. N.º 1049 DE 05 DE AGOSTO DE 2026.
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS, no uso de suas atribuições, nos termos da Delegação de competência que lhe foi atribuída no Decreto n.º 4.131 de 03 de dezembro de 2019,
RESOLVE:
Conceder 60(SESSENTA) dias de licença médica a(o) servidor(a) SELMA MOURA DE MELO PIMENTEL, SERVENTE ESCOLAR, matrícula n.º 3505, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com efeito retroativo a partir de 17/07/2026 a 14/09/2026, conforme processo n.º 4935/2025.

PORTARIA ADM. N.º 1050 DE 05 DE AGOSTO DE 2026.
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS, no uso de suas atribuições, nos termos da Delegação de competência que lhe foi atribuída no Decreto n.º 4.131 de 03 de dezembro de 2019,
RESOLVE:
Conceder 90(NOVENTA) dias de licença médica a(o) servidor(a) RUTH SHEYLA MAGALHAES DA SILVA, SERVENTE ESCOLAR, matrícula n.º 10658, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com efeito retroativo a partir de 07/07/2026 a 04/10/2026, conforme processo n.º 9347/2026.

PORTARIA ADM. N.º 1051 DE 05 DE AGOSTO DE 2026.
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS, no uso de suas atribuições, nos termos da Delegação de competência que lhe foi atribuída no Decreto n.º 4.131 de 03 de dezembro de 2019,
RESOLVE:
Conceder 180(CENTO E OITENTA) dias de licença médica a(o) servidor(a) CELSO BARBOSA PEREIRA, PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR, matrícula n.º 11600, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com efeito retroativo a partir de 02/08/2026 a 28/01/2027, conforme processo n.º 9734/2026.

PORTARIA ADM. N.º 1052 DE 05 DE AGOSTO DE 2026.
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS, no uso de suas atribuições, nos termos da Delegação de competência que lhe foi atribuída no Decreto n.º 4.131 de 03 de dezembro de 2019,
RESOLVE:
Conceder 60(SESSENTA) dias de licença médica a(o) servidor(a) JANETE RAMOS, SERVENTE ESCOLAR, matrícula n.º 10626, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com efeito retroativo a partir de 22/05/2026 a 20/07/2026, conforme processo n.º 5546/2026.

PORTARIA ADM. N.º 1058 DE 05 DE AGOSTO DE 2026.
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS, no uso de suas atribuições, nos termos da Delegação de competência que lhe foi atribuída no Decreto n.º 4.131 de 03 de dezembro de 2019,
RESOLVE:
Conceder 60(SESSENTA) dias de licença médica a(o) servidor(a) JANETE RAMOS, SERVENTE ESCOLAR, matrícula n.º 10626, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com efeito retroativo a partir de 21/07/2026 a 18/09/2026, conforme processo n.º 5546/2026.

PORTARIA ADM. N.º 01053 DE 05 DE AGOSTO DE 2026.
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3360, Art. 2º, de 27 de abril de 2015,
RESOLVE:
Conceder a(o) servidor(a) ALICE MARTINS DOS SANTOS, PROFESSOR II, matricula n° 3165, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 90 (NOVENTA) dias de licença prêmio, referente ao período aquisitivo de 2021/2026, com efeito retroativo de 03/08/2026 a 01/11/2026, conforme processo n°. 9789/2026.

PORTARIA ADM. N.º 01054 DE 05 DE AGOSTO DE 2026.
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3360, Art. 2º, de 27 de abril de 2015,
RESOLVE:
Conceder a(o) servidor(a) CRISTILEINE PEREIRA DA SILVA, PROFESSOR II, matricula n° 1359, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 90 (NOVENTA) dias de licença prêmio, referente ao período aquisitivo de 2010/2015, com efeito retroativo de 01/07/2026 a 28/09/2026, conforme processo n°. 10308/2026.

PORTARIA ADM. N.º 01055 DE 05 DE AGOSTO DE 2026.
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS, no uso de suas atribuições legais, nos termos da

Delegação de competência no Decreto nº 3360, Art. 2º, de 27 de abril de 2015,
RESOLVE:
Conceder a(o) servidor(a) DULCE DE FREITAS CAMARA JUNIOR DUTRA, PROFESSOR II, matricula n° 1369, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 90 (NOVENTA) dias de licença prêmio, referente ao período aquisitivo de 2020/2025, com efeito retroativo de 01/07/2026 a 28/09/2026, conforme processo n°. 6467/2026.

PORTARIA ADM. N.º 01056 DE 05 DE AGOSTO DE 2026.
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3360, Art. 2º, de 27 de abril de 2015,
RESOLVE:
Conceder a(o) servidor(a) SONIA GONÇALVES DE OLIVEIRA, PROFESSOR II, matricula n° 10430, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 90 (NOVENTA) dias de licença prêmio, referente ao período aquisitivo de 2017/2022, a partir de 17/08/2026 a 14/11/2026, conforme processo n°. 8603/2026.

PORTARIA ADM. N.º 01057 DE 05 DE AGOSTO DE 2026.
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3360, Art. 2º, de 27 de abril de 2015,
RESOLVE:
Conceder a(o) servidor(a) MARIA CRISTINA DO NASCIMENTO DOS SANTOS, MERENDEIRA, matricula n° 3553, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 90 (NOVENTA) dias de licença prêmio, referente ao período aquisitivo de 2016/2021, com efeito retroativo de 03/08/2026 a 31/10/2026, conforme processo n°. 10084/2026.

PORTARIA ADM. N.º 01059 DE 05 DE AGOSTO DE 2026.
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3360, Art. 2º, de 27 de abril de 2015,
RESOLVE:
Conceder a(o) servidor(a) MARCIA ALVES DE CARVALHO FILOMENA, PROFESSOR II, matricula n° 3607, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 90 (NOVENTA) dias de licença prêmio, referente ao período aquisitivo de 2021/2026, com efeito retroativo de 10/04/2026 a 08/07/2026, conforme processo n°. 4374/2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Mangaratiba, 05 de Agosto de 2026.
Luciana Campos Pereira da Silva Santos
Secretária Municipal de Administração e Suprimentos
Portaria nº 2042/2025

PORTARIA ADM. Nº 1064 DE 06 DE AGOSTO DE 2026.
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3360, Art. 2º, de 27 de abril de 2015,
RESOLVE:
Conceder 60 (SESSENTA) dias de redução em cinquenta por cento da carga horária a(o) servidor(a) LUCILEI MARIA CABRAL, PROFESSOR II, matrícula nº 2094, lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com fundamento no inciso XXI, do artigo nº 34 da Lei Orgânica do Município de Mangaratiba, a partir de 25/08/2026 a 23/10/2026, conforme processo nº 07277/2026.

PORTARIA ADM. Nº 1065 DE 06 DE AGOSTO DE 2026.
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3360, Art. 2º, de 27 de abril de 2015,
RESOLVE:
Conceder 60 (SESSENTA) dias de redução em cinquenta por cento da carga horária a(o) servidor(a) LUCILEI MARIA CABRAL, PROFESSOR II, matrícula nº 10984, lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com fundamento no inciso XXI, do artigo nº 34 da Lei Orgânica do Município de Mangaratiba, a partir de 25/08/2026 a 23/10/2026, conforme processo nº 07277/2026.

PORTARIA ADM. Nº 1066 DE 06 DE AGOSTO DE 2026.
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3360, Art. 2º, de 27 de abril de 2015,
RESOLVE:
Conceder 90 (NOVENTA) dias de redução em cinquenta por cento da carga horária a(o) servidor(a) SELMA MOURA DE MELO PIMENTEL, SERVENTE ESCOLAR, matrícula nº 3505, lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com fundamento no inciso XXI, do artigo nº 34 da Lei Orgânica do Município de Mangaratiba, a partir de 15/09/2026 a 13/12/2026, conforme processo nº 04935/2025.

PORTARIA N.º 2200 DE 06 DE AGOSTO DE 2026.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas

atribuições legais, e tendo em vista a Portaria n° 1802/2025,
RESOLVE:
Exonerar, o(a) Senhor(a) HIURI SARAICA DE ANDRADE SIMONATO, do Cargo de ASSESSOR OPERACIONAL, símbolo ASSIII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS, com efeito retroativo a partir de 01 de agosto de 2026.

PORTARIA N.º 2201 DE 06 DE AGOSTO DE 2026.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a Portaria n° 2849/2025,
RESOLVE:
Exonerar, o(a) Senhor(a) MARIA FERNANDA RAMOS DE OLIVEIRA LUZ, do Cargo de ASSESSOR DE AÇÃO SOCIAL, símbolo ASSII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS, com efeito retroativo a partir de 01 de agosto de 2026.

PORTARIA N.º 2202 DE 06 DE AGOSTO DE 2026.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) KESSIA KALLINY SILVA DE BARROS, para exercer o Cargo de ASSESSOR OPERACIONAL, Símbolo ASSIII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS, com efeito retroativo a partir de 01 de agosto de 2026.

PORTARIA N.º 2203 DE 06 DE AGOSTO DE 2026.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) RODRIGO GERMANIO PEREIRA DA SILVA, para exercer o Cargo de ASSESSOR DE AÇÃO SOCIAL, Símbolo ASSII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS, com efeito retroativo a partir de 01 de agosto de 2026.

PORTARIA Nº 2204 DE 06 DE AGOSTO DE 2026.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no Decreto nº 5.280, de 12 de maio de 2026, bem como na Lei nº Lei nº 941 de 08 de outubro de 2014 e a Lei Federal nº 9.637, 15 de maio de 1998,
RESOLVE:
Art. 1º Fica instituída, por prazo indeterminado, a Comissão de Qualificação de Organizações Sociais, com a finalidade de analisar, avaliar e emitir parecer sobre os pedidos de qualificação de entidades privadas sem fins lucrativos como Organizações Sociais (OS), em estrito cumprimento às diretrizes estabelecidas pelo Decreto nº 5.280/2026.
Art. 2º A Comissão de que trata o Art. 1º será composta pelos seguintes membros, sob a presidência do primeiro:
I – Juliana Ferre Martins Suliano, código nº 84122 (Comissionado);
II – Mariana de Vasconcellos Pontes Alves, Código nº 3343 (Efetivo);
III – Ingrid de Freitas Soares, código nº 83954 (Comissionado);
IV – Adonis Silva de Oliveira, código nº 10618 (Efetivo).
V- Fernando Rosa da Silva, código nº 10480 (Efetivo).
Parágrafo único. A participação na referida Comissão será considerada prestação de serviço público relevante, não ensejando qualquer remuneração adicional a seus membros.

Art. 3º Compete à Comissão de Qualificação de Organizações Sociais (COQUALI), nos termos do Decreto nº 5.280/2026:
I - Verificar o cumprimento dos requisitos legais, regulamentares e estatutários pelas entidades requerentes;
II - Solicitar documentos e esclarecimentos complementares às entidades, se necessário;
III - Emitir parecer conclusivo, opinando pelo deferimento ou indeferimento do pedido de qualificação;
IV - Encaminhar o parecer à autoridade competente para homologação e publicação do ato de qualificação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Mangaratiba, 06 de agosto de 2026.
Luiz Cláudio de Souza Ribeiro
Prefeito

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Saúde

MANGARATIBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL N° 01/2025

PROCESSO SELETIVO PARA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE

CHAMAMENTO OFICIAL

A Secretaria Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, convoca a candidata classificada no cadastro de reserva do distrito de Mangaratiba para o cargo de Agente Comunitário de Saúde, em razão da necessidade de reposição de vaga.

A candidata deverá apresentar-se às 08h do dia **10 de agosto de 2026**, na Secretaria Municipal de Saúde, munida de toda a documentação exigida para admissão no cargo. A relação dos documentos necessários constam abaixo, conforme previsto no edital do Processo Seletivo Público.

O não comparecimento na data e horário estabelecidos poderá acarretar a perda do direito à vaga, nos termos do edital.

DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

Os candidatos deverão apresentar originais e cópias dos seguintes documentos:

1. Carteira de Identidade (RG)
2. CPF
3. PIS/PASEP
4. Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS (página da foto e verso)
5. Título de Eleitor
6. Certidão de Nascimento ou Casamento
7. Certificado de Reservista (para candidatos do sexo masculino)
8. 02 (duas) fotos 3x4
9. Comprovante de Residência atualizado
10. Certificado ou Declaração de Escolaridade

Secretário Municipal de Saúde
Port. N°001/2025 30/7/2025

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Saúde

MANGARATIBA

11. Última Declaração de Imposto de Renda ou Declaração de Isento

12. Comprovante de Tipo Sanguíneo

13. Registro no Conselho de Classe Profissional, quando aplicável

14. Carteira Nacional de Habilitação – CNH, quando aplicável

MANGARATIBA							
NOME COMPLETO DO CANDIDATO	PCD	COTA	AVALIAÇÃO CURRICULAR	NOTA ENTREVISTA	NOTA FINAL	CLASSIFICAÇÃO	UNIDADE DE LOTAÇÃO
Erica da Costa Cabral	NÃO	NÃO	3	67,5	70,5	APROVADO	ESF MANGARATIBA CENTRO

Mangaratiba , 06 de Agosto de 2026.

Lucas da S. Venito
Secretário Municipal de Saúde
Port. N°0018-03/01/2025

Lucas da Silva Venito
Secretário Municipal de Saúde de Mangaratiba - SMS/Mangaratiba

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito.

RESOLUÇÃO Nº 89, DE 06 DE AGOSTO DE 2026.

Disciplina a interdição de trânsito e estacionamento de veículos automotores, na Rua Coronel Moreira da Silva – Obras de drenagem e pavimentação.

"FAZ INTERDIÇÃO DE LOGRADOURO PÚBLICO"

O SUBSECRETÁRIO DE TRÂNSITO, conforme atribuições delegadas através da Portaria nº 0050/2025.

Considerando o dispositivo no art. 2º c/c o art. 24º, inciso II do Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997).

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar interdição do estacionamento e trânsito de veículos, no Centro - Mangaratiba, nas seguintes vias:

I. Rua Coronel Moreira da Silva no trecho compreendido entre a Rua Onze de Novembro e Rua Nossa Senhora da Guia.

Art. 2º - Rua Onze de Novembro funcionará como duplo sentido de direção.

Art. 3º - A presente Resolução terá validade, das 06:00 do dia 06 de agosto de 2026 às 23:00 do dia 18 de agosto de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se

EVANDRO RAMALHO DA SILVA
Subsecretário de Trânsito

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Educação - SME
Conselho Municipal de Educação – CP

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Aos vinte e nove dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis, às 16h02min, teve início a reunião ordinária do Conselho Municipal de Educação. Estiveram presentes os(as) seguintes conselheiros(as): Carla Meire Rodrigues de Campos, Licila Dantas Sales da Fonseca, Rachel Martins Barral, Cristiane dos Santos Pereira de Freitas, Juliana Ferre Martins Suliano, Vera Lúcia Brojo Ayres do Nascimento, Célia Maria de Almeida, Leandro José dos Santos Silva, Tamires Gonçalves de Moraes Guerra, Adriana das Dores Domingos de Castro e Laís Câmara da Rocha. Aberta a sessão, deu-se início à pauta. **Leitura da ata do dia 01/07:** aprovada. **Leitura da ata do dia 07/07:** aprovada. **Leitura da ata do dia 09/07:** aprovada. **Leitura dos ofícios expedidos:** Ofícios nº 54, 58, 60 e 62/26/CME. A presidente realizou a leitura para ciência do colegiado. **Leitura dos ofícios recebidos: Ofício nº 445/26/2ºPJTCOARE:** a presidente realizou a leitura para ciência do colegiado. **Ofício nº 470/26/2ºPJTCOARE:** a presidente realizou a leitura para ciência e informou que apresentará a minuta do ofício-resposta na próxima reunião para apreciação e aprovação do colegiado. **Ofício nº 1063/26/2ºPJTCOARE:** a presidente realizou a leitura para ciência do colegiado. Após deliberação, ficou definido que o referido ofício será discutido na próxima reunião, juntamente com as atas dos dias 14, 21 e 27 de julho.Em razão da falta de energia elétrica, não foi possível dar continuidade aos trabalhos, motivo pelo qual a presidente declarou encerrada a reunião às 16h40min.Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos(as) conselheiros(as) presentes.

Responsável pela ata:

Anne Dumas Barros Braga
Secretária Executiva

CONSELHEIROS (AS)	ASSINATURA
TAMIRES GONÇALVES M. GUERRA	
JULIANA FERRE MARTINS SULIANO	
CRISTIANE DOS SANTOS P. DE FREITAS	
LICILA DANTAS SALES DA FONSECA	
CARLA MEIRE RODRIGUES DE CAMPOS	
RACHEL MARTINS BARRAL	
LEANDRO JOSÉ DOS SANTOS SILVA	
CÉLIA MARIA DE ALMEIDA	
ADRIANA DAS D. DOMINGOS DE CASTRO	
VERA LUCIA BROJO A. DO NASCIMENTO	
LAÍS CAMARA DA ROCHA	

1

D.O.M.
Diário Oficial do Município de Mangaratiba
06 de Agosto de 2026 - Ano XXII - N° 2570
Atos da Prefeitura

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Educação - SME
Conselho Municipal de Educação – CP

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Aos vinte e sete dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis, às 16h01min, teve início a reunião extraordinária do Conselho Municipal de Educação. Estiveram presentes os(as) seguintes conselheiros(as): Carla Meire Rodrigues de Campos, Licila Dantas Sales da Fonseca, Rachel Martins Barral, Cristiane dos Santos Pereira de Freitas, Juliana Ferre Martins Suliano, Vera Lúcia Brojo Ayres do Nascimento, Célia Maria de Almeida, Leandro José dos Santos Silva, Tamires Gonçalves de Moraes Guerra, Adriana das Dores Domingos de Castro e Laís Câmara da Rocha.

Aberta a sessão, iniciou-se a apreciação da pauta. A Presidente apresentou o Parecer nº 04/26/CME, referente ao Monitoramento e à Avaliação do Plano Municipal de Educação de Mangaratiba. Após a apresentação, o parecer foi amplamente discutido pelos conselheiros. Encerradas as discussões, a Presidente o submeteu à votação, sendo aprovado por unanimidade pelos presentes.

Nada mais havendo a tratar, a Presidente declarou encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos conselheiros presentes. O encerramento ocorreu às 17h3 min.

Responsável pela ata:

Anne Dumas Barros Braga
Secretária Executiva

CONSELHEIROS (AS)	ASSINATURA
TAMIRES GONÇALVES M. GUERRA	
JULIANA FERRE MARTINS SULIANO	
CRISTIANE DOS SANTOS P. DE FREITAS	
LICILA DANTAS SALES DA FONSECA	
CARLA MEIRE RODRIGUES DE CAMPOS	
RACHEL MARTINS BARRAL	
LEANDRO JOSÉ DOS SANTOS SILVA	
CÉLIA MARIA DE ALMEIDA	
ADRIANA DAS D. DOMINGOS DE CASTRO	
VERA LUCIA BROJO A. DO NASCIMENTO	
LAÍS CAMARA DA ROCHA	

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Educação - SME
Conselho Municipal de Educação - CP

ATA

Aos vinte e um dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis, às 14h30min, iniciou-se a reunião da Comissão Eleitoral do Conselho Municipal de Educação. Estiveram presentes as seguintes conselheiras: **Carla Meire Rodrigues de Campos, Laís Câmara da Rocha, Tamires Gonçalves de Moraes Guerra** e **Juliana Ferre Martins Suliano**.

A Presidente deu início aos trabalhos e apresentou a proposta de revogação do Edital nº 01/2026/CME, a qual foi submetida à apreciação da Comissão e aprovada por unanimidade.

Em seguida, passou-se à discussão acerca das medidas a serem adotadas diante da inércia do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Mangaratiba (SISPMUM) quanto à indicação de seus representantes para compor o Conselho Municipal de Educação. Após análise e deliberação, a Comissão decidiu pela expedição de notificação ao SISPMUM, bem como pelo encaminhamento de ofício à 2ª PJTCOARE, em atendimento à solicitação anteriormente recebida.

Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a reunião às 15h58min, e, para constar, foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelos presentes.

Responsável pela ata:

Anne Dumas Barros Braga
Secretária Executiva

CONSELHEIROS (AS)	ASSINATURA
TAMIRES GONÇALVES DE M. GUERRA	
JULIANA FERRE SULIANO	
CARLA MEIRE RODRIGUES DE CAMPOS	
LAIS CAMARA DA ROCHA	

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Educação - SME
Conselho Municipal de Educação - CP

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e um dias do mês de julho de 2026 às 16h8min. iniciou a reunião extraordinária do Conselho Municipal de Educação, estavam presentes as seguintes Conselheiras: **CARLA MEIRE RODRIGUES DE CAMPOS, LICILA DANTAS SALES DA FONSECA, RACHEL MARTINS BARRAL, CRISTIANE DOS SANTOS PEREIRA DE FREITAS, LAÍS CAMARA DA ROCHA, VERA LÚCIA BROJO AYRES DO NASCIMENTO, TAMIRES GONÇALVES DE MORAES GUERRA, JULIANA FERRE MARTINS SULIANO, CÉLIA MARIA DE ALMEIDA, ADRIANA DAS DORES DOMINGOS DE CASTRO E LEANDRO JOSÉ DOS SANTOS SILVA.** A presidente inicia a reunião. A Pauta foi: **Continuação do Monitoramento e avaliação do PME;**

Meta 15	**Aderir a política nacional de formação dos profissionais da educação, incentivando que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatur na área de conhecimento em que atuam.**		
Estratégias	**Status**	**Alcançou a estratégia?**	**Observação**
15.1) Promover convênios e/ou parcerias com instituições de Ensino Superior , de notório saber, para desenvolvimento de cursos a distância com base n plano estratégico que apresente diagnóstico das necessidades de formação de docentes e profissionais de apoio que não podem se deslocar do município.	Em desenvolvimento	Sim	
15.2) Garantir formação continuada para professores, visando ao Atendimento Educacional Especializado, e para os demais profissionais da educação escolar.	Sempre em desenvolvimento	Sim	
15.3) Garantir o cumprimento da Resolução	Não iniciada	Não	

visando ao Atendimento Educacional Especializado, e para os demais profissionais da educação escolar.	nto		
15.3) Garantir o cumprimento da Resolução nº 4/CNE, de 2 de outubro de 2009, art.12, onde há exigência do profissional com formação que o habilite para o exercício da docência e formação específica para a Educação Especial.	Não iniciada	Não	
15.4) Divulgar o financiamento estudantil a estudantes matriculados em cursos de licenciatura com avaliação positiva pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação superior (SINAES).	Não iniciada	Não	
15.5)Divulgar programa permanente de iniciação à docência a estudantes matriculados em curso de licenciatura, a fim de aprimorar a formação de profissionais para atuar no magistério da educação básica.	Não iniciada	Não	
15.6)Aderir programas específicos para formação de profissionais da educação para as escolas do campo e de comunidades quilombolas.	Sempre em desenvolvimento	Sim	
15.7) Proporcionar as práticas de ensino e os estágios nos cursos de formação de nível médio e superior dos profissionais da educação, visando ao trabalho sistemático de articulação entre a formação	Sempre em desenvolvimento	Sim	

2

acadêmica e as demandas da educação básica.			
15.8) Divulgar cursos e programas especiais de formação específica na educação superior, nas respectivas áreas de atuação, incentivando a matrícula de docentes com formação de nível médio na modalidade normal, não licenciados ou licenciados em área diversa da atuação docente, em efetivo exercício.	Sempre em desenvolvimento	Sim	
15.9)Fomentar a oferta de cursos técnicos de nível médio e tecnológicos de nível superior destinados à formação, nas respectivas áreas de atuação, dos(as) profissionais da educação de outros segmentos que não os do magistério.	Sempre em desenvolvimento	Sim	
15.10) Aderir a programas federais e garantir formação continuada para os (as) profissionais da educação de outros segmentos que não os do magistério.	Não iniciada	Não	
15.11) Divulgar programa de concessão de bolsas de estudos para que os professores de idiomas das escolas públicas de educação básica realizem estudos de imersão e aperfeiçoamento nos países que tenham como idioma nativo as línguas que lecionem.	Não iniciada	Não	

Meta 16	**Incentivar a formação em nível de pós-graduação os professores da educação básica e garantir a todos(as) os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.**

Estratégias	Status	Alcançou a estratégia?	Observação
16.1)Promover convênios e/ou parcerias com instituições de Ensino Superior, de notório saber, para desenvolvimento de cursos a distância com base em plano estratégico que apresente diagnóstico das necessidades de formação de docentes e profissionais de apoio que não podem se deslocar do município.	Sempre em desenvolvimento	Sim	
16.2) Garantir licença remunerada ou diminuição cinquenta por cento da carga horária total para o profissional de da educação escolar básica realizar formação de mestrado e doutorado em educação e áreas afins, conforme critérios estabelecidos em legislação.	Não iniciada	Não	
16.3) Aderir a programas de composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas, de literatura e de dicionários, e programas específicos de acesso em Libras e em Braille a serem disponibilizados para professores e as professoras da rede pública de educação básica, favorecendo a construção do conhecimento e valorização da cultura da investigação.	Em desenvolvimento	Parcialmente	
16.4) Buscar parceria para a oferta de bolsas de estudo para pós-graduação dos professores e das professoras	Não iniciada	Não	

e demais profissionais da educação básica, através de convênios com instituição de ensino superior.			
16.5) Incentivar o fortalecimento da formação dos professores e das professoras das escolas públicas de educação básica, por meio da implementação das ações do Plano Nacional do Livro e Leitura e de programa nacional de disponibilização de recursos para acesso a bens culturais pelo magistério público.	Em desenvolvimento	Parcialmente	

Meta 17	**Valorizar os(as) profissionais das rede pública de educação básica, de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (das) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final da vigência do PME.**		
Estratégias	**Status**	**Alcançou a estratégia?**	**Observação**
17.1) Constituir como tarefa do Fórum Municipal de Educação o acompanhamento da atualização progressiva do valor do piso salarial para os profissionais do magistério público da educação básica.	Não iniciada	Não	
17.2)Adequar o Plano de Cargos, Carreira e Salários para os (as) profissionais do magistério , observados os critérios estabelecidos na Lei no 11.738, de 16 de julho de 2008, com implantação gradual do cumprimento da jornada de trabalho em um único estabelecimento escolar.	Não iniciada	Não	
17.3)Acompanhar a ampliação da assistência financeira específica da	Em desenvolvime	Parcialmente	

5

União aos entes federados para implementação de políticas de valorização dos (as) profissionais do magistério, em particular o piso salarial nacional profissional.	nto		

Meta 18	**Atualizar o Plano de Cargos, Carreira e Salário dos profissionais da educação da rede municipal de Mangaratiba, tomando como referência o piso salarial nacional profissional, definido em Lei Federal, nos termos do inciso VIII do artigo 206 da Constituição Federal.**		
Estratégias	**Status**	**Alcançou a estratégia?**	**Observação**
18.1) Estruturar a rede pública de educação básica de modo que, até o terceiro ano de vigência deste PME, 90% (noventa por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais do magistério e 60% (sessenta por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais da educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontrem vinculados.	Concluída	Sim	
18.2) Implantar, na rede pública municipal de educação básica, acompanhamento dos profissionais iniciantes, supervisionados por equipe de profissionais experientes, a fim de fundamentar, com base em avaliação documentada e com ciência do funcionário avaliado, a decisão pela efetivação após o estágio probatório e oferecer, durante esse período, curso de aprofundamento de estudos	Sempre em desenvolvimento	Sim	

enquadramento por formação dos professores e funcionários da Educação que derem entrada no processo de enquadramento por formação, em acordo com o Plano de Cargos, Carreira e salário do professor e do funcionalismo, após comprovação de autenticidade de diploma pela instituição expedidora.			
18.9) Garantir 1 (um) terço da carga horária semanal dos docentes, de acordo com a Lei 11738/08, para trabalho pedagógico na unidade escolar, especificamente dedicado a planejamento, estudo e avaliação dentro e fora do espaço escolar.	Em desenvolvimento	Parcialmente	

Meta 19	**Assegurar condições, no prazo de dois anos, para a efetivação da gestão democrática da Educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.**		
Estratégias	**Status**	**Alcançou a estratégia?**	**Observação**
19.1) Garantir, a todas as unidades escolares, autonomia para a construção de seu projeto pedagógico, observados os documentos legais das esferas federal, estadual e municipal, inclusive este plano e as propostas curriculares municipais.	Concluída	Sim	
19.2) Apresentar à Secretaria Municipal de Educação o Projeto Político Pedagógico da escola, anualmente, no prazo máximo de 2 (dois) meses	Concluída	Sim	

após o início do ano letivo.			
19.3)Registrar, no projeto pedagógico os indicadores, as metas e as ações de responsabilidade de gestores, docentes e da comunidade.	Concluída	Sim	
19.4) Estabelecer a revisão dos projetos pedagógicos, na sua íntegra, anualmente com a participação dos Conselhos Escolares e dos Grêmios Estudantis.	Em desenvolvimento	Parcialmente	
19.5) Elaborar o Regimento Interno da Unidade Escolar com a participação do Conselho Escolar e considerando suas particularidades, tendo como base o Regimento Básico Municipal.	Concluído	Sim	
19.6)Revisar e atualizar, a cada 5 (cinco) anos, o regimento interno das escolas públicas municipais em função da nova realidade de gestão educacional, com a participação dos Conselhos Escolares, e submetê-lo a fórum.	Em desenvolvimento	Parcialmente	
19.7) Garantir, no corpo do regimento, espaço para representatividade estudantil nos modelos de grêmios ou colegiados estudantis.	Não iniciada	Não	
19.8) Incentivar debates, nas unidades de ensino, promovidos pelos Conselhos Escolares e auxiliados pela Secretaria Municipal de Educação e Fórum Municipal de Educação a partir da demanda da unidade escolar.	Em desenvolvimento	Parcialmente	

19.9) Garantir que, a partir da publicação desse plano, as unidades escolares publiquem seus balancetes, que deverão ser fixados em locais de grande vinculação, assim como nos sítios eletrônicos oficiais da Secretaria Municipal de Educação.	Em desenvolvimento	Parcialmente	
19.10)Oferecer formação continuada aos gestores com vistas à otimização de ações de gestão de pessoas, gestão de recursos e gestão de ensino-aprendizagem, através de convênios ou los técnicos da SME.	Sempre em desenvolvimento	Sim	
19.11)Estabelecer Plano de Gestão de acordo com as prioridades e necessidades de cada unidade, concomitante com a Gestão Municipal.	Em desenvolvimento	Parcialmente	
a)Os planos de gestão deverão ser construídos de acordo com os princípios de gestão democrática tendo a participação efetiva dos Conselhos Escolares	Em desenvolvimento	Sim	
b)Caberá aos Conselhos Escolares avaliar anualmente os planos de gestão e relatar parecer avaliativo quanto ao desenvolvimento e/ou evolução do diretor escolar nas ações propostas ao final do período letivo.	Não iniciada	Não	
c)Garantir, aos gestores das unidades, formação continuada com noções administrativa, pedagógica e financeira que permita a construção e gestão de	Sempre em desenvolvimento		

planos de trabalho. d)Instituir, na Secretaria Municipal de Educação, comissão responsável pelo monitoramento dos planos de gestão, tendo representação pedagógica, normativa, de infraestrutura e financeira e do Conselho Municipal de Educação.	Em desenvolvimento		
19.12)Garantir ao Conselho do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB, Conselho de Alimentação Escolar – CAE e Conselho Municipal de Educação – CME sede própria com espaço físico adequado para as reuniões, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar e recursos de diárias para participação em fóruns/cursos fora do município, com vistas ao bom desempenho de suas funções.	Concluída	Sim	
19.13)Reconhecer que o Conselho Municipal de Educação, como órgão colegiado, tenha responsabilidade no monitoramento da gestão municipal quanto ao processo orçamentário/financeiro,	Não iniciada	Não	

desde a previsão da receita até a execução da despesa.			
19.14)Garantir capacitação anual, a partir da publicação deste plano, aos integrantes do Conselho Municipal de Educação - CME, do Conselho do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE, gestores de recursos e membros dos conselhos escolares nas áreas administrativas, financeira contábil e jurídica para que tenham melhores condições de exercer as funções de acompanhamento e controle dos recursos públicos destinados à educação municipal.	Não iniciada	Não	
19.15) Assegurar o fortalecimento de Conselhos Escolares e Conselho Municipal de Educação – CME, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, garantindo-se condições de funcionamento autônomo.	Em desenvolvimento	Sim	
19.16) Realizar a cada 2 (dois) anos Conferências Municipais de Educação com objetivo de monitoramento e atualização deste Plano Municipal de Educação.	Em desenvolvimento	Parcialmente	
19.17) Estabelecer e divulgar critérios técnicos, de mérito e desempenho para	Em desenvolvime	Parcialmente	

12

a nomeação de diretores de escola e que a escolha dos dirigentes escolares seja validada por meio de consulta à comunidade escolar em assembleia com quórum mínimo e com a presença dos quatro (4) segmentos: professores, alunos, funcionários da Educação e pais de aluno. E que os critérios sobre a escolha do diretor seja definido pela comunidade escolar e divulgado pela SME no prazo de seis meses.	nto		
19.18) Garantir que a meação/exoneração do diretor seja pautada também na aprovação da comunidade escolar.	Não iniciada	Não	
19.19) Garantir avaliação, a cada dois anos, do desempenho do diretor escolar.	Iniciada	Parcialmente	
19.20)Estimular, na rede de educação básica, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de is, assegurando-lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações.	Em desenvolvimento	Parcialmente	

Meta 20	**Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto (PIB) do País no 5º (quinto) ano de vigência da Lei do PME e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.**		
Estratégias	**Status**	**Alcançou a**	**Observação**

		estratégia?	
20.1) Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem a transparência e o controle social na utilização dos recursos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas e a ampliação da divulgação dos portais de transparência.	Em desenvolvimento	Sim	
20.2) Garantir que os recursos vinculados constitucionalmente sejam aplicados, de acordo com sua finalidade, para a manutenção e desenvolvimento do ensino municipal.	Concluída	Sim	
20.3) Vincular recursos a serem investidos na capacitação dos Profissionais da Educação. a)Capacitação de Profissionais de Educação em novas tecnologias para adequar a metodologia de ensino à realidade tecnológica atual; b)Permitir a capacitação de Profissionais da Educação, através da busca de parcerias com instituições públicas e sociedade civil, de modo que se possam captar recursos para formação para o mercado de trabalho da população, preferencialmente voltados para o turismo e meio ambiente, já que são áreas de destaque no município. c)Permitir que a capacitação	Em desenvolvimento Em desenvolvimento	Parcialmente Parcialmente	

de Profissionais da Educação tenha condições de ser executada com infraestrutura rodoviária através do Poder Executivo, após análise da SME. d)Oferecer formação continuada aos integrantes da Secretaria Municipal de Educação, através de convênios e/ou cursos de atualização em instituições de notório saber, garantindo que os técnicos mantenham situação de competência e atualidade na orientação e execução do acompanhamento das unidades escolares.	Em desenvolvimento Sempre em desenvolvimento		
20.4) Garantir que, no prazo de 6 (seis) meses a contar da data da publicação deste PME, seja inserida uma planilha orçamentária detalhada com as ações a serem executadas constantes na Lei Orçamentária Municipal.	Não iniciada	Não	
20.5)Acompanhar, por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), estudos e acompanhamento regular dos investimentos e custos por aluno da educação básica e superior pública, em todas as suas etapas e modalidades.	Sempre em desenvolvimento	Sim	
20.6) Planejar e aperfeiçoar o atendimento, baseado na implementação do Custo	Sempre em desenvolvime	Sim	

15

Aluno Qualidade (CAQ) como parâmetro para o financiamento da educação de todas as etapas e modalidades da educação básica, a partir do cálculo e do acompanhamento regular dos indicadores de gastos educacionais com investimentos em qualificação e remuneração do pessoal docente e dos demais profissionais da educação pública, em aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino e aquisição de material didático-escolar, alimentação e transporte escolar.	nto		

Responsável pela ata:

Anne Dumas Barros Braga
Secretária Executiva

CONSELHEIROS (AS)	ASSINATURA
CELIA MARIA DE ALMEIDA	
ADRAIANA DAS DORES DOMINGOS DE CASTRO	
TAMIRES GONÇALVES DE M. GUERRA	
LEANDRO JOSÉDOS SANTOS SILVA	
JULIANA FERRE MARTINS SULIANO	
CRISTIANE DOS SANTOS P. DE FREITAS	
LICILA DANTAS SALES DA FONSECA	
CARLA MEIRE RODRIGUES DE CAMPOS	
RACHEL MARTINS BARRAL	
VERA LÚCIA B. AYRES DO NASCIMENTO	
LAIS CAMARA DA ROCHA	

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Conselho Municipal de Educação

ATA da Reunião ordinária da Câmara de Educação Básica

Aos quinze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis, às 16h01min, teve início a reunião ordinária da Câmara de Educação Básica – CEB. Estiveram presentes as seguintes conselheiras: **Adriana das Dores Domingos de Castro, Vera Lúcia Brojo Ayres do Nascimento, Tamires Gonçalves de Moraes Guerra, Carla Meire Rodrigues de Campos, Rachel Martins Barral e Cristiane dos Santos Pereira de Freitas**. A presidente declarou aberta a sessão e apresentou a pauta da reunião. Inicialmente, procedeu-se à leitura da ata da reunião anterior, a qual foi submetida à apreciação do colegiado e aprovada por unanimidade, sem ressalvas. Em seguida, passou-se à apreciação do Parecer nº 02/26/CEB. A presidente realizou a leitura integral do documento para ciência das conselheiras, destacando seus principais fundamentos e conclusões. Após as devidas considerações, o parecer foi colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade pelo colegiado. Deliberou-se, ainda, pelo seu encaminhamento ao Conselho Pleno para apreciação e deliberação final, conforme os trâmites regimentais. Nada mais havendo a tratar, a senhora presidente agradeceu a presença de todas as conselheiras e declarou encerrada a reunião às 16h48min. Para constar, foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada na forma regimental.

Responsável pela ata:

Anne Dumas Barros Braga
Secretária Executiva

Adriana das Dores Domingos de Castro	
Vera Lúcia Brojo Ayres do Nascimento	
Carla Meire Rodrigues de Campos	
Tamires Gonçalves de Moraes Guerra	
Cristiane dos Santos Pereira de Freitas	
Rachel Martins Barral	

1

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Educação - SME
Conselho Municipal de Educação – CP

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Aos quatorze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis, às 16h06min, teve início a reunião ordinária do Conselho Municipal de Educação. Estiveram presentes os(as) seguintes conselheiros(as): **Carla Meire Rodrigues de Campos, Licila Dantas Sales da Fonseca, Rachel Martins Barral, Cristiane dos Santos Pereira de Freitas, Juliana Ferre Martins Suliano, Vera Lucia Brojo Ayres do Nascimento, Célia Maria de Almeida, Leandro José dos Santos Silva, Tamires Gonçalves de Moraes Guerra, Adriana das Dores Domingos de Castro e Laís Câmara da Rocha.** Aberta a sessão, iniciou-se a pauta. **-Continuação da Análise e monitoramento das Metas e Estratégias do Plano Municipal de Educação de Mangaratiba.**

Meta 9	**Elevar progressivamente a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais, até o final da vigência deste PME, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.**		
Estratégias	**Status**	**Alcançou a estratégia?**	**Observação**
9.1) Estabelecer mecanismos que levem à redução da distorção idade/ano e a evasão na rede municipal, garantindo o fluxo regular de nove anos do Ensino Fundamental.	Concluída	Sim	
9.2) Estabelecer, de acordo com as características das unidades escolares, metas de redução das taxas de repetência e evasão nos 9 (nove) anos de Ensino Fundamental e na Educação de Jovens e Adultos.	Sempre em desenvolvimento	Parcialmente	
9.3) Estabelecer metas que permitam uma redução, em 10(dez) anos, de 50% (cinquenta por cento) das taxas de repetência e de evasão. Tais metas e taxas devem ser registradas nos projetos pedagógicos das unidades escolares.	Em desenvolvimento	Parcialmente	
9.4) Garantir a instalação de salas de leitura, em espaços apropriados, que atendam às funções primordiais do trabalho com a leitura, em todas as unidades escolares,	Não concluída	Não	

no prazo máximo de 3(três) anos.			
9.5) Assegurar a oferta gratuita da Educação de Jovens e Adultos a todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria.	Sempre em desenvolvimento	Sim	
9.6) Promover busca ativa entre a população de jovens e adultos para identificar a demanda por vagas na Educação de Jovens e Adultos, incluindo a realização de chamadas públicas regulares e a colaboração entre as diferentes Secretarias Municipais e organizações da sociedade civil.	Em desenvolvimento	Sim	
9.7) Implementar ações para a alfabetização de jovens e adultos, com a garantia da oferta para a continuidade da escolarização básica.	Sempre em desenvolvimento	Sim	
9.8) Promover avaliação, por meio de exames específicos, que permita aferir o grau de alfabetização de jovens e adultos com mais de quinze anos.	Não iniciada	Não	
9.9) Executar ações de atendimento aos estudantes da Educação de Jovens e Adultos por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, inclusive atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos, em articulação com a área de saúde e o apoio de programas do governo federal.	Em desenvolvimento	Parcialmente	
9.10) Considerar, nas políticas públicas de jovens e adultos, a atenção aos idosos, com vistas à promoção das ações de erradicação do analfabetismo, ao acesso a	Não Iniciada	Não	

2

tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas, à implementação de programas de valorização e compartilhamento dos conhecimentos e experiência dos idosos e a inclusão dos temas do envelhecimento e da velhice nas escolas.			

Meta 10	**Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio , na forma integrada à educação profissional.**		
Estratégias	**Status**	**Alcançou a estratégia?**	**Observação**
10.1 Estabelecer parcerias com o sistema "S"(SENAI,SENAC ETC) e empresas que possam participar, junto com Prefeitura Municipal, de mecanismos que permitam a profissionalização de jovens e adultos, incluindo as pessoas com deficiência, principalmente nas áreas de turismo e meio ambiente, considerando as especificidades das populações itinerantes e do campo e das comunidades quilombolas , inclusive na modalidade a distância.	Em desenvolvimento	Parcialmente	
10.2)Expandir as matrículas na educação de jovens e adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada dos trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador e da trabalhadora.	Em desenvolvimento	Parcialmente	
10.3)Aderir a programas nacionais de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na educação de jovens e	Não iniciada	Não	

adultos integrada à educação profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência.			
10.4)Estimular a diversificação curricular da educação de jovens e adultos, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógico adequados às características desses alunos e alunas.	Em desenvolvimento	Parcialmente	
10.5)Fomentar a produção de material didático, o desenvolvimento de currículos e metodologias específicas, os instrumentos de avaliação, o acesso a equipamentos e laboratórios e a formação continuada de docentes das redes públicas que atuam na educação de jovens e adultos articulada à educação profissional.	Em desenvolvimento	Parcialmente	
10.6)Fomentar a oferta pública de formação inicial e continuada para trabalhadores e trabalhadoras articulada à educação de jovens e adultos, em regime de colaboração e com apoio de entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e de entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade.	Não iniciada	Não	
10.7)Aderir à programas nacionais de assistência ao estudante, compreendendo ações de assistência social , financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o	Não iniciada	Não	

acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos articulada à educação profissional.			
10.8)Incentivar a expansão da oferta de educação de jovens e adultos articulada à educação profissional de modo a atender às pessoas advindas dos estabelecimentos penais em regime de colaboração.	Não iniciada	Não	
10.9) Fomentar parcerias para implementação de mecanismos para reconhecimento de saberes dos jovens e adultos trabalhadores, a serem considerados na articulação curricular dos cursos de formação inicial e continuada e dos cursos técnicos de nível médio.	Em desenvolvimento	Parcialmente	

Meta 11	**Oferecer, através de convênios matrículas da Educação Profissional Técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e a expansão no segmento público.**		
Estratégias	**Status**	**Alcançou a estratégia?**	**Observação**
1.11) Garantir, em parceria com o sistema estadual, a informação encaminhamento, através da SME, da demanda de vagas no Ensino Médio presencial, assim como estabelecer, dentro das possibilidades de recursos, parceria para transporte de alunos dentro do município, incluindo as populações do campo, ilhas e comunidades quilombolas, de acordo com os seus interesses e necessidades.	Sempre em desenvolvimento	Parcialmente	
11.2) Incentivar, junto aos órgãos estaduais e federais, a ampliação da rede de atendimento ao Ensino Médio e a implantação de	Sempre em desenvolvimento	Parcialmente	

5

uma escola de ensino médio profissional.			
11.3) Estabelecer parcerias com o sistema "S"(SENAI, SENAC, etc.) e empresas que possam participar, junto com Prefeitura Municipal, de mecanismos que permitam a profissionalização de jovens e adultos, principalmente nas áreas de turismo e meio ambiente.	Não iniciada	Não	
11.4) Fomentar a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância, com a alidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso à educação profissional pública, gratuita e de qualidade.	Não iniciada	Não	
11.5) Fomentar a expansão do estágio na educação profissional técnica de nível médio e do ensino médio regular, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do aluno, visando à formação de qualificações próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e desenvolvimento da juventude.	Sempre em desenvolvimento	Sim	
11.6) Fomentar a oferta de programas de reconhecimento de saberes para fins de certificação profissional em nível técnico.	Não iniciada	Não	
11.7) Estimular a oferta de matrículas gratuitas de educação profissional técnica de nível médio pelas entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com	Não iniciada	Não	

atuação exclusiva na modalidade.			
11.8) Buscar parcerias e convênios pra bolsa com percentual de desconto de financiamento estudantil à educação profissional técnica de nível médio oferecida em instituições privadas de educação superior.	Não iniciada	Não	
11.9) Acompanhar e fomentar sistema de avaliação da qualidade da educação profissional técnica de nível médio das redes escolares públicas e privadas.	Não iniciada	Não	
11.10) Fomentar a oferta de educação profissional técnica de nível médio para as pessoas com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.	Não iniciada	Não	
11.11) Fomentar a redução das desigualdades étnico-raciais e regionais no acesso e permanência na educação profissional técnica de nível médio, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei	Não iniciada	Não	
11.12) Conhecer sistema nacional de informação profissional, articulando a oferta de formação das instituições especializadas em educação profissional aos dados do mercado de trabalho e a consultas promovidas em entidades empresariais e de trabalhadores.	Não iniciada	Não	

Meta 12	**Incentivar a matrícula da Educação Superior, buscando convênios e parcerias, visando a implantação de instituições de ensino ou garantindo o acesso do aluno a estas instituições através de transporte.**		
Estratégias	**Status**	**Alcançou a estratégia?**	**Observação**
12.1) Promover convênios e/ou parcerias com instituições de Ensino Superior, de notório saber,	Sempre em desenvolvimento	Sim	

7

para desenvolvimento de cursos à distância com o objetivo de atender à demanda de docentes e profissionais de apoio que não podem se deslocar do município.			
12.2) Garantir transporte gratuito e de qualidade, atendendo às exigências do INMETRO, para todos(as) os(as) estudantes da educação superior.	Sempre em desenvolvimento	Sim	
12.3) Verificar e avaliar a demanda, para que, nos próximos 7 (sete) anos, a partir da publicação deste plano, seja implantado um Polo Universitário.	Em desenvolvimento	Sim	
12.4) Estabelecer convênios com instituições de ensino superior através de compartilhamento de prédios da rede municipal de ensino.	Em desenvolvimento	Não concluída	
12.5) Fomentar a oferta de educação superior pública e gratuita prioritariamente para a formação de professores e professoras para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, bem como para atender ao défice de profissionais em áreas específicas, através de parcerias com instituições de ensino superior.	Sempre em desenvolvimento	Não	
12.6) Fomentar através de parcerias com instituições privadas políticas de inclusão e de assistência estudantil, de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes e indígenas e de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a	Não iniciada	Não	

apoiar seu sucesso acadêmico.			
12.7) Ampliar a oferta de estágio como parte da formação na educação superior.	Sempre em desenvolvimento	Sim	
12.8) Fomentar estudos e pesquisas que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do país.	Não iniciada	Não	
12.9) Aderir programas para consolidar e ampliar ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação	Não iniciada	Não	
12.10) Fomentar atendimento específico a populações do campo e quilombolas, em relação a acesso, permanência, conclusão e formação de profissionais para atuação nessas populações.	Em desenvolvimento	Não	
12.11) Fomentar a oferta de formação de pessoal de nível superior, destacadamente a que se refere à formação nas áreas de ciências e matemática, considerando as necessidades do desenvolvimento do país, a inovação tecnológica e a melhoria da qualidade da educação básica.	Não iniciada	Não	

9

Meta 13	Incentivar a elevação da qualidade da Educação Superior através da divulgação de cursos de mestrado e doutorado.		
Estratégias	**Status**	**Alcançou a estratégia?**	**Observação**
13.1) Divulgar o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, de que trata a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, fortalecendo as ações de avaliação, regulação e supervisão.	Não iniciada	Não	
13.2)Fomentar a formação de consórcios entre instituições públicas de educação superior, com vistas a potencializar a atuação regional, assegurando maior visibilidade nacional e internacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão.	Não iniciada	Não	

Meta 14	Incentivar a matrícula na pós-graduação stricto sensu, buscando parcerias com instituições de ensino.	
Estratégias	**Status**	**Alcançou a estratégia?**
14.1) Promover convênios e/ou parcerias com instituições de Ensino Superior, de notório saber, para desenvolvimento de cursos a distância com objetivo de atender à demanda de docentes e profissionais de apoio que não podem se deslocar do município.	Em desenvolvimento	Parcialmente
14.2) Ofertar transporte gratuito e de qualidade e com acessibilidade, atendendo às exigências do INMETRO para estudantes de pós-graduação stricto sensu, de acordo com itinerário existente e disponibilidade de vagas.	Não iniciada	Não

14.3) Buscar parcerias para implantação de um Pólo Universitário em Mangaratiba.	Sempre em desenvolvimento	Sim
14.4) Divulgar a oferta de cursos de pós-graduação stricto sensu, inclusive de educação a distância.	Em desenvolvimento	Sim
14.5) Incentivar o acesso a programas de mestrado e doutorado, reduzindo as desigualdades étnico-raciais e regionais.	Não iniciada	Não
14.6) Estimular a participação das mulheres nos cursos de pós-graduação stricto sensu, em particular aqueles ligados às áreas de engenharia, matemática, física, química, informática e outros no campo das ciências.	Não iniciada	Não
14.7) Divulgar programas, projetos e ações que objetivem a internacionalidade da pesquisa e da pós-graduação brasileiras, incentivando a atuação em rede e o fortalecimento de grupos de pesquisa.	Não iniciada	Não

Não havendo mais a tratar, a Presidente declarou encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos conselheiros presentes. O encerramento ocorreu às 17h18 min.

Responsável pela ata:

Anne Dumas Barros Braga
Secretária Executiva

CONSELHEIROS (AS)	ASSINATURA
TAMIRES GONÇALVES M. GUERRA	
JULIANA FERRE MARTINS SULIANO	
CRISTIANE DOS SANTOS P. DE FREITAS	
LICILA DANTAS SALES DA FONSECA	
CARLA MEIRE RODRIGUES DE CAMPOS	
RACHEL MARTINS BARRAL	
LEANDRO JOSÉ DOS SANTOS SILVA	

11

CÉLIA MARIA DE ALMEIDA	
ADRIANA DAS D. DOMINGOS DE CASTRO	
VERA LUCIA BROJO A. DO NASCIMENTO	
LAÍS CAMARA DA ROCHA	

12

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Educação - SME
Conselho Municipal de Educação – CP

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Aos nove dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis, às 16h03min, teve início a reunião ordinária do Conselho Municipal de Educação. Estiveram presentes os(as) seguintes conselheiros(as): **Carla Meire Rodrigues de Campos, Licila Dantas Sales da Fonseca, Rachel Martins Barral, Cristiane dos Santos Pereira de Freitas, Juliana Ferre Martins Suliano, Vera Lucia Brojo Ayres do Nascimento, Célia Maria de Almeida, Leandro José dos Santos Silva, Tamires Gonçalves de Moraes Guerra, Adriana das Dores Domingos de Castro e Laís Câmara da Rocha.** Aberta a sessão, iniciou-se a pauta. **-Continuação da Análise e monitoramento das Metas e Estratégias do Plano Municipal de Educação de Mangaratiba**

Meta 3	**Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PME, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).**		
Estratégias	**Status**	**Alcançou a estratégia?**	**Observação**
3.1) Oferecer cursos que atendam as demandas e carências profissionais do município em todas as escolas que oferecem o Ensino Médio.	Não se aplica		
3.2) Garantir ampla divulgação dos cursos (Ensino Fundamental II e Ensino Médio) oferecidos pelo CEM/CES.	Em desenvolvimento, para fundamental II	Parcialmente	
3.3) Estabelecer parcerias com o sistema "S"(SENAI, SENAC, etc.) e empresas que possam participar, junto com Prefeitura Municipal, de mecanismos que permitam a profissionalização de jovens e adultos, principalmente nas	Concluído	Sim	

áreas de turismo e meio ambiente.			
3.4) Disponibilizar o espaço das escolas municipais para estagiários(as) do curso de formação de professor (Ensino Normal) no 3º ano do curso, para melhoria da qualidade de ensino e maior integração do aluno com a realidade das propostas pedagógicas do município.	Concluído	Sim	
3.5) Disponibilizar o acesso a bens e espaços culturais, bem como incentivar a prática desportiva integrada ao currículo escolar.	Concluído	Sim	
3.6) Estabelecer mecanismos que levem à redução da distorção idade/ano e da evasão na rede municipal, garantindo o fluxo regular de nove anos no Ensino Fundamental.	Em desenvolvimento	Parcialmente	
3.7) Acompanhar e monitorar, mensalmente, o acesso e a permanência dos alunos de 15 a 17 anos, inclusive os beneficiários de Programas de Transferência de Renda, bem como promover uma constante busca ativa da população nesta faixa etária em parceria com as famílias e órgãos / instituições afins.	Em desenvolvimento	Sim	
3.8) Estimular a participação dos jovens e adolescentes	Em desenvolvimento	Parcialmente	

2

nos cursos das áreas tecnológica e científica.			

Meta 4	**Universalizar para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação deve ter acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.**		
Estratégias	**Status**	**Alcançou a estratégia?**	**Análise**
4.1) Reestruturar as escolas, respeitando as normas de acessibilidade, e adquirir equipamentos para garantir a melhoria da rede física das escolas de educação básica.	Em desenvolvimento	Parcialmente	
4.2) Garantir a organização das escolas com condições necessárias para uma educação de qualidade aos alunos com deficiência.	Em desenvolvimento	Parcialmente	
4.4) Garantir a aquisição de materiais e equipamentos necessários para atender às necessidades dos alunos matriculados na Unidade Escolar de Educação Especial – Modalidade Substitutiva.	Em desenvolvimento	Parcialmente	
4.5) Adaptar, dentro das possibilidades, as atuais unidades escolares aos	Em desenvolvimento	Parcialmente	

padrões de qualidade de atendimento listados em tela, assim como estabelecê-los como condição para autorização de funcionamento às escolas privadas e públicas, estabelecendo prazo de 5 anos para adequação após a publicação desse plano.			
4.6) Garantir, no prazo de 1 ano, transporte adequado de acordo com especificações definidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO a alunos com deficiência.	Concluída	Sim	
4.7)Promover flexibilizações curriculares, orientações, procedimentos e estratégias para elaborar planos de desenvolvimento individual que permitam satisfazer adequadamente os principais tipos de necessidades específicas dos alunos.	Sempre em desenvolvimento	4.3) Reavaliar anualmente e quando necessário os equipamentos, materiais e profissionais da Unidade Escolar de Educação Especial com o objetivo de atender com qualidade os alunos matriculados na modalidade Substitutiva.	Em desenvolvimento
4.8) Garantir a permanência de professores para atuação na Educação	Em desenvolvimento	Parcialmente	

4

Especial, visando à continuidade do trabalho pedagógico.			
4.9) Atender às necessidades de materiais específicos para alunos com surdez, baixa visão e deficiências de mobilidade, tais como computadores adaptados, livros, material de construção da linguagem Braille e softwares específicos, no prazo máximo de 2 (dois) anos a partir da implantação do plano.	Em desenvolvimento	Parcialmente	
4.10) Respeitar limite máximo de 3 (três) alunos com deficiência em classe regular, garantindo que, nas turmas onde forem alocados, seja feita avaliação pela equipe multidisciplinar e coordenação de educação inclusiva da SME sobre a necessidade de lotação de um professor mediador de acordo com cada deficiência.	Em desenvolvimento	Parcialmente	
4.11)Garantir o atendimento aos alunos com deficiência em Sala de Recursos Multifuncionais, bem como professor para o	Concluído	Sim	

5

atendimento especializado.			
4.12) Garantir formação continuada para professores, visando ao Atendimento Educacional Especializado, e para os demais profissionais da educação escolar.	Sempre em desenvolvimento	Sim	
4.13) Garantir o cumprimento da Resolução nº 4 /CNE de 2 de outubro de 2009 art. 12, onde há exigência do profissional com formação inicial que o habilite ao exercício da docência e formação específica para o atendimento educacional especializado em Educação Especial nas Salas de Recursos.	Em desenvolvimento	Parcialmente	
4.14) Garantir instrutor, tradutor/intérprete de LIBRAS e guia-intérprete de acordo com as especificidades dos alunos da educação especial, assim como a adoção do sistema Braille de leitura para cegos e surdocegos.	Em desenvolvimento	Parcialmente	
4.15) Contabilizar, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento	Concluída	Sim	

6

da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, as matrículas dos (as) estudantes da educação regular da rede pública que recebam atendimento educacional especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular, e as matrículas efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, na educação especial oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público e com atuação exclusiva na modalidade, nos termos da Lei no 11.494, de 20 de junho de 2007.			
4.16) Promover, no prazo de vigência deste PME, a universalização do atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos com	Concluída	Sim	

7

deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, observado o que dispõe a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.			
4.17) Estimular a criação de um centro multidisciplinar de apoio, pesquisa e assessoria, articulado com instituições acadêmicas e integrado por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia e psicologia, para apoiar o trabalho dos (as) professores(as) da educação básica com os (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.	Concluída	Sim	

Meta 5	**Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do Ensino Fundamental.**		
Estratégias	**Status**	**Alcançou a estratégia?**	**Observação**
5.1) Garantir a atualização da Proposta Curricular Municipal através da constante avaliação da mesma com base nas	Sempre em desenvolvimento	Sim	

8

orientações das Diretrizes Curriculares nacionais e estaduais.			
5.2) Garantir a permanência de professores para atuação no Ciclo de Alfabetização, preferencialmente acompanhando a turma do 1º ao 3º ano, visando à continuidade do trabalho pedagógico.	Não Concluída	Não	
5.3) Garantir a todos os alunos do Ciclo de Alfabetização material didático necessário à prática pedagógica.	Concluída	Sim	
5.4) Garantir a instalação de salas de leitura, em espaços apropriados que atendam às funções primordiais do trabalho com a leitura, em todas as unidades escolares, no prazo de 3(três) anos, segundo as especificidades de cada unidade."	Concluída	Sim	
5.5) Garantir a utilização de 2 (dois) professores em turmas de Ciclo de Alfabetização (1º ao 3º ano) do Ensino Fundamental como mecanismo de melhoria da qualidade de ensino, considerando o baixo rendimento e parecer avaliativo da equipe técnico-pedagógica da Secretaria Municipal de Educação.	Não iniciada	Não	
5.6) Garantir um terço da carga horária semanal dos docentes, de acordo com a Lei	Em desenvolvimento	Parcialmente	

9

nº 11.738/2008 para trabalho pedagógico, especificamente dedicado a planejamento, estudo e avaliação, dentro e fora do espaço escolar			
5.7) Garantir um professor, preferencialmente com formação superior em Pedagogia, para atuar na função de Coordenador Pedagógico.	Em desenvolvimento	Parcialmente	
5.8) Garantir formação continuada em alfabetização para professores do ciclo e coordenador pedagógico.	Sempre em desenvolvimento	Sim	
5.9) Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos alunos, utilizando, para tal, recursos financeiros dos programas federais e próprios municipais.	Em desenvolvimento	Sim	
5.10) Garantir a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal.	Sempre em desenvolvimento	Sim	

10

Meta 6	Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% os dos(as) alunos(as) da educação básica.		
Estratégias	**Status**	**Alcançou a estratégia?**	**Observação**
6.1) Ampliar o atendimento na rede pública com a aquisição e/ou construção de prédios próprios com padrões arquitetônicos, mobiliários, materiais e equipamentos didáticos acessíveis, atendendo às especificidades das etapas, modalidades e diversidades, tendo em vista a implementação e consolidação das Escolas em Tempo Integral.	Não Iniciada	Não	
6.2) Garantir a melhoria do processo pedagógico ampliando a jornada escolar municipal com o desenvolvimento de atividades lúdicas, culturais, esportivas, psicomotoras, de lazer, que envolvam a preservação ambiental, o incentivo à saúde, a afirmação e reflexão dos direitos humanos, o acompanhamento pedagógico e o aprimoramento da aprendizagem, reorganizando o tempo e os espaços escolares.	Sempre em desenvolvimento	Sim	
6.3) Ampliar 45% (quarenta e cinco por cento) do atendimento em tempo integral nas unidades escolares de campo.	Em desenvolvimento	Parcialmente	

11

6.4)Estender progressivamente o horário integral, a partir da demanda criada ou adquirida após a aprovação do plano ou em atendimento à solicitação da comunidade, na ordem de 10% (dez por cento) da rede em diferentes distritos, iniciando-se pelos anos iniciais.	Em desenvolvimento	Parcialmente	
6.5) Garantir aos alunos em horário integral (9h para os CEIMs) 5 (cinco) refeições diárias (desjejum, colação, almoço, lanche e jantar); aos alunos em horário integral (7h) 4 (quatro) refeições diárias (desjejum, colação, almoço e lanche); aos alunos com horário parcial 2 (duas) refeições diárias (desjejum, almoço ou jantar).	Concluída	Sim	
6.6) Manter a oferta de horário integral nos CEIMs e estender o atendimento nas unidades de pré-escola em 20% (vinte por cento).	Concluída	Sim	
6.7) Garantir que, dentro da carga horária de planejamento, seja discutida e aprofundada a gestão de conhecimento apropriado para esta modalidade de ensino, assim como a formação continuada para professores, coordenadores e diretores.	Em desenvolvimento	Parcialmente	

12

6.8) Incentivar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas e planetários, dentro e fora do município.	Sempre em desenvolvimento.	Sim	

Meta 7	**Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir os índices de 6,0 em 2021 nos anos iniciais do ensino fundamental e 5,5 em 2021 nos anos finais do ensino fundamental.**		
Estratégias	**Status**	**Alcançou a estratégia?**	**Observação**
7.1) Garantir transporte público e gratuito para os alunos da rede municipal, dentro dos limites do Município, suplementando, quando necessário, os repasses de verba da União e/ou Estado.	Concluída	Sim	
7.2) Estabelecer a quantidade máxima de alunos por turma, de acordo com as normas do Plano Nacional de Educação, obedecida a relação espaço/lotação das salas de aula.	Concluída	Sim	
7.3) Garantir a atualização da Proposta Curricular Municipal através da constante avaliação da mesma com base nas orientações das Diretrizes Curriculares dos níveis federal e estadual e resguardando as peculiaridades locais e o trabalho sobre história e cultura afro-	Concluída	Sim	

brasileira e indígena nos termos das Leis 10.639/03 e 11.645/08.			
7.4) Estabelecer mecanismos que levem à redução da distorção idade/ano e a evasão na rede municipal.	Em desenvolvimento	Parcialmente	
7.5) Instituir Fórum de Educação Básica com objetivo de divulgar e fortalecer a Educação Básica, contribuindo assim para a qualidade do ensino.	Em desenvolvimento	Sim	
7.6) Convocar, a cada 3 (três) anos, após a implantação do plano, Colegiado de Educação Básica com a intenção de referendar documento base da proposta curricular do município, examinando os resultados alcançados nas avaliações internas e externas e na evolução do desenvolvimento da região.	Concluída	Sim	
7.7) Criar, no 1º (primeiro) ano de vigência deste plano, comissão multidisciplinar na Secretaria Municipal de Educação que estabeleça critérios de avaliação do desempenho das unidades escolares, no final de cada ano letivo. As instituições deverão receber apoio técnico e pedagógico sempre que não se aproximarem de suas metas.	Não Iniciada	Não	
7.8) Traçar ações a partir dos resultados alcançados nas avaliações internas e externas, índices de evasão e repetência,	Sempre em desenvolvimento	Sim	

diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices e a média nacional, buscando garantir a equidade da aprendizagem e reduzindo pela metade, até o último ano de vigência deste PME, as diferenças médias dos índices municipais			
7.9) Instituir ação intersetorial coordenada pela Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Lazer que leve à construção de um plano de atendimento ao educando quanto à atenção primária à saúde e à educação para saúde, criando políticas de combate à violência, promovendo a cultura de paz, respeito e convivência em sociedade.	Concluída	Sim	
7.10) Garantir a participação dos professores regentes, através da criação dos colegiados pedagógicos, na avaliação e construção das propostas do Ensino Fundamental.	Concluída	Sim	
7.11) Garantir que a Secretaria de Educação mantenha equipes de apoio pedagógico, de supervisão, de orientação e de educação inclusiva para melhoria na qualidade da educação e na articulação entre os outros entes federados, as instituições e as unidades escolares.	Sempre em desenvolvimento	Sim	
7.12) Garantir a instalação de salas de	Em desenvolvimento	Parcialmente	

15

leitura, em espaços apropriados, que atendam às funções primordiais do trabalho com a leitura, em todas as unidades escolares, no prazo máximo de 3 (três) anos.			
7.13) Assegurar que: a) no sétimo ano de vigência deste PME, pelo menos setenta por cento dos(as) alunos(as) do ensino fundamental de do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e cinquenta por cento, pelos menos, o nível desejável; b) no último ano de vigência deste PME, todos(as) os(as) estudantes do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e oitenta por cento, pelo menos, o nível desejável.	Não concluída Em desenvolvimento	Não Parcialmente	a) Não foi possível alcançar a estratégia na época devido o retorno pós pandemia da COVID-19.
7.14) Implantar, até o sétimo ano de vigência do PME, um sistema de avaliação institucional que contemple o perfil docente e discente, condições de infraestrutura, recursos pedagógicos e tecnológicos e características da gestão, resultando na elaboração de planejamento	Iniciada	Parcialmente	

16

estratégico, visando a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos profissionais de educação, o desempenho dos alunos e o aprimoramento da gestão democrática.			
7.15) Implementar instrumentos de avaliação e acompanhamento da qualidade da educação especial, inclusive da educação bilíngue para surdos.	Sempre em desenvolvimento	Sim	
7.16) Incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas e tecnológicas.	Em desenvolvimento	Sim	
7.17) Ampliar, até o sétimo ano de vigência deste PME, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e triplicar, até o final da década, a relação computador/aluno(a) nas escolas da rede municipal de ensino, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação.	Não iniciada	Não	
7.18) Garantir alimentação de qualidade, em níveis calóricos e proteicos, registrando nos cardápios o que diz a resolução do PNAE em vigor, para atendimento	Concluída	Sim	

17

aos alunos da rede pública municipal de ensino, suplementando, quando necessário, os recursos repassados pela União e/ou Estado, respeitando também as especificidades da comunidade quilombola.			
7.19) Otimizar o uso de espaços públicos, em parceria intersetorial para que as unidades escolares possam usufruir de áreas de lazer, quadras esportivas e tele-infos.	Em desenvolvimento	Sim	
7.20) Garantir atendimento adequado em espaços com acessibilidade aos alunos com deficiência e mobilidade reduzida.	Em desenvolvimento	Parcialmente	
7.21) Adquirir, em regime de colaboração e captação de recursos, equipamentos que contribuam para o desenvolvimento do processo educacional, de modo a manter a equidade entre as unidades escolares.	Sempre em desenvolvimento	Sim	
7.22) Criar parcerias com órgãos públicos e privados para a aquisição de equipamentos e recursos tecnológicos para a utilização no ambiente escolar, e a implementação de, no mínimo, uma unidade escolar por distrito com uma biblioteca até o final de vigência do plano, assim como a criação do cargo de bibliotecário no quadro da Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Lazer.	Em desenvolvimento	Parcialmente	Até a finalização do plano não houve previsão de criação do cargo de bibliotecário no quadro de servidores efetivos

7.23) Implementar, até o final de vigência do plano, a informatização da rede municipal de educação, assegurando a formação inicial e continuada dos profissionais da área técnica.	Em desenvolvimento	Parcialmente	
7.24) Aprimorar as ações do Departamento de Assistência ao Educando – DAIE para garantir atendimento aos adolescentes e jovens em regime de liberdade assistida, assegurando os princípios da Lei nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente.	Em desenvolvimento	Sim	
7.25) Garantir que a proposta pedagógica das escolas de campo e quilombolas perpassem pela preservação e valorização de sua identidade cultural.	Concluída	Sim	

Meta 8	**Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar no mínimo 12 anos de estudo no último ano de vigência deste plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no Município e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.**		
Estratégias	**Status**	**Alcançou a estratégia?**	**Observação**
8.1) Aderir a programas e desenvolver projetos para correção de fluxo para acompanhamento pedagógico individualizado e para recuperação e progressão bem como priorizar estudantes com rendimento escolar defasado, considerando as	Concluída	Sim	

especificidades dos segmentos populacionais considerados.			
8.2) Garantir a adaptação das propostas curriculares para regiões rurais, atendendo suas especificidades.	Sempre em desenvolvimento	Sim	
8.3) Implementar as ações da Diretoria de Assistência Integral ao Educando – DAIE, promovendo trabalho em rede com as demais secretarias do município e outros órgãos, o acompanhamento e ao monitoramento do acesso à escola específicos para os segmentos populacionais considerados, identificar motivos de absenteísmo e evasão, e incentivar e acompanhar a frequência e apoio à aprendizagem , de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses(as) estudantes na rede pública de ensino.	Sempre em desenvolvimento	Sim	
8.4) Assegurar a todos os alunos da Educação Infantil, Ensino Fundamental regular e das modalidades Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial material didático necessário à prática pedagógica através dos programas federais e com suprimento	Concluída	Sim	

próprio, nos casos necessários.			
8.5) Desenvolver projetos de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial.	Sempre em desenvolvimento	Sim	
8.6) Facilitar o acesso gratuito a exames de certificação da conclusão dos ensinos fundamental e médio, através de campanhas e palestras.	Iniciada	Parcialmente	
8.7) Fomentar a oferta gratuita através de parceria de educação profissional técnica por parte de entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante ao ensino ofertado na rede escolar pública, para os segmentos populacionais considerados	Não iniciada	Não	
8.8) Promover a busca ativa de jovens fora da escola pertencentes aos segmentos populacionais considerados, em parceria com as demais secretarias, o trabalho em rede e outros órgãos.	Não iniciada	Não	

ais havendo a tratar, a Presidente declarou encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos conselheiros presentes. O encerramento ocorreu às 17h26 min.

Responsável pela ata:

Anne Dumas Barros Braga
Secretária Executiva

CONSELHEIROS (AS)	ASSINATURA
TAMIRES GONÇALVES M. GUERRA	
JULIANA FERRE MARTINS SULIANO	
CRISTIANE DOS SANTOS P. DE FREITAS	
LICILA DANTAS SALES DA FONSECA	
CARLA MEIRE RODRIGUES DE CAMPOS	
RACHEL MARTINS BARRAL	
LEANDRO JOSÉ DOS SANTOS SILVA	
CÉLIA MARIA DE ALMEIDA	
ADRIANA DAS D. DOMINGOS DE CASTRO	
VERA LUCIA BROJO A. DO NASCIMENTO	
LAÍS CAMARA DA ROCHA	

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Educação - SME
Conselho Municipal de Educação – CPLN

Ata da Reunião Ordinária da CPLN – Câmara de Planejamento, Legislação e Normas

Aos oito dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis, às 16h18min, iniciou-se a reunião ordinária da CPLN – Câmara de Planejamento, Legislação e Normas. Estiveram presentes os seguintes conselheiros: Licila Dantas Sales da Fonseca, Célia Maria de Almeida, Juliana Ferre Martins Suliano, Leandro José dos Santos Silva e Laís Câmara da Rocha. O presidente deu início aos trabalhos, apresentando a seguinte pauta: leitura da ata do dia dez de junho de dois mil e vinte e seis, a qual foi devidamente lida e aprovada; estudo da Lei nº 15.436/2026, que institui a Política Nacional para Estudantes com Altas Habilidades ou Superdotação (AH/SD), cria o Cadastro Nacional desses estudantes e estabelece diretrizes para sua identificação, atendimento e desenvolvimento no sistema educacional brasileiro. Durante o estudo, destacou-se que a referida norma representa um importante avanço na efetivação da educação inclusiva prevista na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Ressaltou-se que a lei institui uma política nacional voltada aos estudantes com Altas Habilidades ou Superdotação, assegurando a identificação precoce, o Atendimento Educacional Especializado (AEE), o desenvolvimento integral e a inclusão plena no sistema educacional. Também foi ressaltado que a legislação reconhece expressamente os estudantes com dupla excepcionalidade, ou seja, aqueles que, além da superdotação, apresentam outra condição, como Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), dislexia ou deficiência. O colegiado considerou que esse é um dos principais avanços da norma, uma vez que, historicamente, muitos estudantes com altas habilidades permaneciam invisíveis nas escolas, sendo, por vezes, confundidos com alunos indisciplinados ou desmotivados. A lei passa a reconhecer que esses estudantes também integram o público da Educação Especial e necessitam de atendimento específico. Outro aspecto considerado relevante foi a criação do Cadastro Nacional de Estudantes com Altas Habilidades ou Superdotação, que permitirá aos sistemas de ensino conhecer o quantitativo de estudantes atendidos e planejar políticas públicas mais eficazes. Destacou-se, ainda, que a legislação rompe com a concepção de que o estudante superdotado "aprende sozinho", reconhecendo que esse público também possui necessidades educacionais específicas. Foi registrado que a adesão à Política Nacional é facultativa e que, uma vez aderida, Estados, Distrito Federal e Municípios poderão receber apoio técnico e financeiro da União para a implementação das ações previstas na lei. Após as discussões, o colegiado deliberou pelo encaminhamento de parecer ao Conselho Pleno acerca da matéria, sendo designado como relator o Conselheiro Leandro José dos Santos Silva. Na sequência, fez uso da palavra a Conselheira Laís Câmara da Rocha, que manifestou preocupação quanto à reposição dos quatro dias letivos em déficit, decorrentes dos pontos facultativos decretados, de modo a assegurar o cumprimento do mínimo de duzentos dias letivos anuais exigidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Após discussão, o colegiado deliberou pelo encaminhamento de ofício ao Secretário Municipal de Educação, solicitando informações acerca das medidas que serão adotadas para regularizar o calendário escolar e garantir o [illegible] carga mínima de dias letivos. Nada mais havendo a tratar, o presidente [illegible]17h19min, lavrando-se a presente ata, que, após lida e

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Educação - SME
Conselho Municipal de Educação – CP

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Aos sete dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis, às 16h08min, teve início a reunião ordinária do Conselho Municipal de Educação. Estiveram presentes os(as) seguintes conselheiros(as): **Carla Meire Rodrigues de Campos, Licila Dantas Sales da Fonseca, Rachel Martins Barral, Cristiane dos Santos Pereira de Freitas, Juliana Ferre Martins Suliano, Vera Lucia Brojo Ayres do Nascimento, Célia Maria de Almeida, Leandro José dos Santos Silva, Tamires Gonçalves de Moraes Guerra, Adriana das Dores Domingos de Castro e Laís Câmara da Rocha.** Aberta a sessão, iniciou-se a pauta. **Relatório de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação de Mangaratiba: 1-Introdução** O Plano Municipal de Educação de Mangaratiba (PME) - Decênio 2015/2025 constitui o instrumento basilar de promoção e orientação da política educacional do Município. Constituía-se, portanto, em assegurar os preceitos constitucionais de qualidade e equidade de ensino. Seu processo de consunção legislativa se deu entre os anos de 2014 e 2015 e teve sua origem em volumosos estudos de caráter técnico, debates públicos e mecanismos de democracia participativa - com destaque para a Audiência Pública. Completou-se, assim, sua normal aprovação na Câmara Municipal dos Vereadores em 22 de junho 2015. Desde o nascedouro desse processo, em 2014, a Secretaria Municipal de Educação instituiu a comissão coordenadora e a equipe técnica para monitorar, avaliar e promover o realinhamento estratégico do plano em referência. No curso da execução decenal, a equipe técnica procedeu a análises minuciosas acerca da eficácia das estratégias vigentes, identificando o imperativo de harmonizá-las às diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE), sem prejuízo do atendimento às peculiaridades socioeducacionais locais. Nesse diapasão, foram exaradas notas técnicas submetidas ao crivo da Comissão Coordenadora, do Fórum Municipal de Educação (FME) e do Conselho Municipal de Educação (CME), órgãos colegiados responsáveis pela fiscalização e acompanhamento sistemático do diploma legal, resultando na edição da Lei Municipal nº 1.483/2023, a qual atualizou o PME conservando o escopo de suas 20 (vinte) metas e 225 (duzentas e vinte e cinco) estratégias. Em estrita simetria ao ordenamento jurídico federal, cumpre destacar que o Plano Nacional de Educação (originalmente erigido pela Lei Federal nº 13.005/2014) teve sua vigência prorrogada até 31 de dezembro de 2025, por força do advento da Lei Federal nº 14.934, de 25 de julho de 2024. Desse modo, o dever de monitoramento contínuo e avaliação periódica consolidou-se como cogente imposição legal para o ente municipal. O presente relatório consubstancia, portanto, a análise comparativa entre as metas do PME de Mangaratiba e as diretrizes do PNE, sopesando o estágio de adimplemento das obrigações educacionais pelo Município face ao marco temporal estendido ao final do exercício de 2025.

2-Análise das Metas e Estratégias do Plano Municipal de Educação de Mangaratiba

Tipo de relatório: (x) de Monitoramento (x) de Avaliação Período analisado: 2025 No Quadro 1, podemos melhor demonstrar o status de cada estratégia e suas observações.

Quadro 1: Avaliação das Metas e Estratégias.

Meta 1	**Universalizar, até 2016, a educação infantil de forma que todas as crianças de 4 a 5 anos de idade devem estar matriculadas na pré-escola. A meta estabelece, também, que a oferta de Educação Infantil em creches deve ser ampliada de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PME.**

Estratégias	Status	Alcançou a estratégia?	Observação
1.1) Garantir a matrícula de todas as crianças de 4 (quatro) a 5(cinco) anos de idade na Educação Infantil;	Concluída	Sim	Instituídas portarias de matriculas anuais, instituída deliberação do CME nº 1/2014, toda demanda manifesta atendida e parceria com o programa de busca ativa.
1.2) Manter e ampliar o atendimento às crianças da educação infantil, com aquisição e/ou construção de prédios próprios que atendam aos padrões de qualidade e normas de segurança específicas para a faixa etária, bem como à acessibilidade dos alunos com deficiência, em regime de parceria e captação de recursos com a União e o Estado.	Em desenvolvimento	Parcialmente	
1.3) Garantir a todos os alunos da Educação Infantil, material didático necessário à prática pedagógica.	Concluída	Sim	
1.4) Realizar e tornar público o levantamento da demanda para a Educação Infantil, em parceria com a Saúde e a Assistência Social, com o objetivo de planejar a oferta e verificar o atendimento.	Concluída	Sim	
1.5) Implantar, até o segundo ano de vigência do Plano, avaliação da educação infantil, a ser realizada a cada 2 (dois) anos, baseando-se nos parâmetros nacionais de qualidade.	Concluída	Sim	
1.6) Acompanhar e monitorar, mensalmente, o acesso e a permanência das crianças na Educação Infantil, em especial dos beneficiários de Programas de Transferência de Renda, em colaboração com as famílias e demais instâncias envolvidas.	Sempre em desenvolvimento	Sim	
1.7) Garantir a quantidade máxima de alunos por turma, de acordo com as normas da legislação vigente, considerando a relação espaço/lotação das salas de aula.	Sempre em desenvolvimento	Sim	
1.8) Garantir a oferta de, no mínimo, horário parcial, para todos os alunos em obrigatoriedade escolar, em todos os distritos, respeitando o interesse e a realidade da comunidade.	Concluída	Sim	
1.9) Incentivar a permanência de professores para atuação na Educação Infantil, visando à continuidade do trabalho pedagógico.	Em desenvolvimento	Parcialmente	
1.10) Assegurar, a cada dois anos, a releitura de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços das ciências e teorias educacionais e que promovam a articulação com a etapa seguinte (Ensino Fundamental).	Concluída	Sim	
1.11) Assegurar espaço adequado e equipado para os docentes realizarem trabalho pedagógico de estudo, avaliação e planejamento.	Em desenvolvimento	Parcialmente	
1.12)Proporcionar Atendimento Educacional Especializado ao público alvo da Educação Especial, assegurando transversalidade na Educação Infantil, respeitando a legislação vigente.	Concluída	Sim	
1.13) Garantir um terço da carga horária semanal dos docentes, de acordo com a Lei nº 11.738/2008, para trabalho pedagógico, especificamente dedicado a planejamento, estudo e avaliação, dentro e fora do espaço escolar.	Em desenvolvimento	Parcialmente	

2

1.14) Garantir um professor com formação superior em Pedagogia e/ou licenciatura na área de educação com pós-graduação em gestão escolar, para atuar na função de Coordenador Pedagógico, em cada Unidade Escolar.	Em desenvolvimento	Parcialmente	
1.15) Garantir formação continuada para professores e coordenador pedagógico, pessoas de apoio e berçaristas.	Em desenvolvimento	Sim	
1.16) Garantir a instalação de salas de leitura, em espaços apropriados, que atendam às funções primordiais do trabalho com a leitura, em todas as unidades escolares, no prazo de vigência deste Plano.	Em desenvolvimento	Parcialmente	
1.17) Garantir alimentação de qualidade, em níveis calóricos e proteicos, registrando nos cardápios o que diz a resolução do PNAE em vigor, para atendimento aos alunos da rede pública municipal de ensino, suplementando, quando necessário, os recursos repassados pela União e / ou Estado, respeitando também as especificidades da comunidade quilombola.	Concluída	Sim	
1.18) Estabelecer parceria com as Secretarias de Assistência Social e Saúde, com vista à articulação de ações de orientação e apoio às famílias, com foco no desenvolvimento integral da criança da Educação Infantil.	Concluída	Sim	

3

Meta 2	Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME.		
Estratégias	**Status**	**Alcançou a estratégia?**	**Observação**
2.1) Ampliar a rede escolar municipal em prédios próprios, e com definições claras de padrões de iluminação, ventilação, rede elétrica e sanitária, instalações para o serviço de preparo, armazenamento e manipulação de alimentos, espaços de trânsito e repouso, atividades recreativas e de educação física de acordo com a faixa etária a ser atendida e as normas da ABNT de acessibilidade no prazo de **7 anos da publicação deste plano** de acordo com a demanda.	Em desenvolvimento	Parcialmente	
2.2) Adequar a estrutura física das atuais unidades escolares, em atendimento aos padrões de qualidade e de acessibilidade, considerando o período de permanência do aluno e o trabalho necessário para a garantia de desenvolvimento pleno do indivíduo, em regime de parceria e captação de recursos da União e/ou com recursos próprios.	Em desenvolvimento	Parcialmente	
2.3) Garantir o acesso e a permanência do aluno no Ensino Fundamental obrigatório com duração de nove anos, promovendo uma busca ativa às crianças da faixa etária entre seis e quatorze anos fora da escola, em parceria com as famílias e órgãos / instituições afins.	Sempre em desenvolvimento	Sim	
2.4) Aperfeiçoar o Sistema Municipal de Ensino, respeitando a legislação vigente quanto ao atendimento ao educando em turnos, número de alunos por turmas e lotação docente e de profissionais da educação, tendo em vista o período de permanência do aluno na Unidade e a proposta pedagógica pertinente.	Em desenvolvimento	Sim	
2.5) Implantar programa de formação continuada para professores e demais profissionais da educação, em atendimento às especialidades das diferentes etapas do processo ensino-aprendizagem.	Em desenvolvimento	Sim	
2.6) Promover a adesão aos programas de formação ofertados pelos órgãos federais e estaduais para docentes e outros profissionais de educação, com vista à melhoria da qualidade do processo ensino-aprendizagem	Em desenvolvimento	Sim	
2.7)Assegurar espaço adequado e equipado para os docentes realizarem trabalho pedagógico de estudo, avaliação e planejamento, promovendo a disponibilidade física das unidades escolares e em regime de colaboração e captação de recursos federais e estaduais e/ou recurso próprio.	Em desenvolvimento	Parcialmente	
2.8) Estabelecer a quantidade máxima de alunos por turma,	Em desenvolvimento	Parcialmente	

obedecida à relação espaço/lotação das salas de aula, de acordo com a legislação vigente.			
2.9) Estabelecer que, em todos os segmentos de ensino, seja dada ênfase ao estudo regional e à articulação entre eles e o mundo, além da ênfase na cultura afro-brasileira e indígena como bases da formação da população regional e brasileira, destacando também a Educação Ambiental como resgate da qualidade de vida.	Concluída	Sim	
2.10) Oferecer cursos de formação continuada aos docentes, com currículo voltado à história e cultura do município, cultura afro-brasileira, cultura indígena e às particularidades do campo e da comunidade quilombola.	Em desenvolvimento	Sim	
2.11) Viabilizar, através da construção, prioritariamente, para uso exclusivo das Unidades Escolares ou do planejamento da utilização de áreas públicas, a prática das atividades de Educação Física executada em quadras cobertas, ampliando em 20%, anualmente, em regime de parceria e captação de recursos federais, estaduais e/ou recurso próprio.	Em desenvolvimento	Parcialmente	
2.12) Garantir a oferta de, no mínimo, horário parcial para todos os alunos em obrigatoriedade escolar, em todos os distritos do Município.	Em desenvolvimento	Parcialmente	
2.13)Proporcionar Atendimento Educacional Especializado ao público alvo da Educação Especial assegurando transversalidade no Ensino Fundamental, respeitando a legislação vigente.	Concluída	Sim	
2.14) Capacitar, no prazo de 2 (dois) anos, a partir da publicação desse plano, e a cada dois anos a partir de então, os responsáveis por bens patrimoniais das unidades que constituem a Secretaria Municipal de Educação de modo a otimizar a utilização dos bens, resguardá-los e dar-lhes destinação específica quando em disponibilidade.	Em desenvolvimento	Parcialmente	
2.15) Instituir critérios para atendimento dos alunos das zonas rurais e insulares quanto à segurança e propriedade em relação à idade, percurso e às demais normas de segurança de trânsito terrestre e naval e aplicá-los no prazo máximo de 3 anos.	Concluída	Sim	
2.16) Viabilizar a instalação de vias de comunicação, tais como telefone e acesso à internet, em todas as unidades escolares, no prazo máximo de 3 anos, após a publicação desse plano.	Concluída	Sim	
2.17) Garantir transporte gratuito para todos (as) os (as) estudantes da educação do campo na faixa etária da educação escolar	Concluída	Sim	

obrigatória, mediante renovação e padronização integral da frota de veículos, de acordo com especificações definidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO, e financiamento compartilhado, com participação da União proporcional às necessidades dos entes federados, visando a reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local.			
2.18) Garantir alimentação de qualidade, em níveis calóricos e proteicos, registrando nos cardápios o que diz a resolução do PNAE em vigor, para atendimento aos alunos da rede pública municipal de ensino, suplementando, quando necessário, os recursos repassados pela União e / ou Estado, respeitando também as especificidades da comunidade quilombola.	Concluída	Sim	
2.19) Garantir um terço da carga horária semanal dos docentes, de acordo com a Lei nº 11.738/2008 para trabalho pedagógico especificamente dedicado a planejamento, estudo e avaliação, dentro e fora do espaço escolar.	Em desenvolvimento	Parcialmente	
2.20) Garantir um professor com formação superior em Pedagogia e/ou licenciatura na área de educação com pós-graduação em gestão escolar, para atuar na função de Coordenador Pedagógico em cada Unidade Escolar.	Em desenvolvimento	Parcialmente	
2.21) Garantir a instalação de salas de leitura, em espaços apropriados, que atendam às funções primordiais do trabalho com a leitura, em todas as unidades escolares, no prazo máximo de 3 (três) anos, promovendo a estrutura física de cada unidade.	Em desenvolvimento	Parcialmente	
2.22) Monitorar, trimestralmente e/ou segundo a legislação vigente, a permanência e o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos no Ensino Fundamental.	Concluído	Sim	
2.23) Intensificar o acompanhamento e monitoramento da permanência e do aproveitamento escolar dos alunos beneficiários dos programas de transferência de renda.	Em desenvolvimento	Parcialmente	
2.24) Promover ações para o combate às situações de discriminação, preconceitos e violência nas escolas, em colaboração com as famílias e órgãos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.	Concluída	Sim	
2.25) Fortalecer a parceria família-escola no acompanhamento do processo ensino-aprendizagem, visando a otimização de resultados do processo.	Em desenvolvimento	Parcialmente	
2.26) Promover atividades para o desenvolvimento de habilidades esportivas e culturais, incentivando a	Em desenvolvimento	Parcialmente	

participação dos alunos nos programas e competições de âmbito municipal, estadual e nacional.			

Nada mais havendo a tratar, a Presidente declarou encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata que,após lida e aprovada, será assinada pelos conselheiros presentes. O encerramento ocorreu às 17h45 min.

Responsável pela ata:

Anne Dumas Barros Braga
Secretária Executiva

CONSELHEIROS (AS)	ASSINATURA
TAMIRES GONÇALVES M. GUERRA	
JULIANA FERRE MARTINS SULIANO	
CRISTIANE DOS SANTOS P. DE FREITAS	
LICILA DANTAS SALES DA FONSECA	
CARLA MEIRE RODRIGUES DE CAMPOS	
RACHEL MARTINS BARRAL	
LEANDRO JOSÉ DOS SANTOS SILVA	
CÉLIA MARIA DE ALMEIDA	
ADRIANA DAS D. DOMINGOS DE CASTRO	
VERA LUCIA BROJO A. DO NASCIMENTO	
LAÍS CAMARA DA ROCHA	

7

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Educação - SME
Conselho Municipal de Educação – CP

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Ao primeiro dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis, às 16h08min, teve início a reunião ordinária do Conselho Municipal de Educação. Estiveram presentes os(as) seguintes conselheiros(as): **Carla Meire Rodrigues de Campos, Licila Dantas Sales da Fonseca, Rachel Martins Barral, Cristiane dos Santos Pereira de Freitas, Juliana Ferre Martins Suliano, Vera Lucia Brojo Ayres do Nascimento, Célia Maria de Almeida, Leandro José dos Santos Silva, Tamires Gonçalves de Moraes Guerra, Adriana das Dores Domingos de Castro e Laís Câmara da Rocha.** Aberta a sessão, iniciou-se a pauta. **Leitura da ata do dia 24/06/2026:** aprovada. Em seguida, foi apreciado o **Parecer n°03/26/CME:** aprovado após as alterações pontuadas pelos conselheiros presentes. Prosseguindo a pauta, foi apresentada a minuta do termo de visita Unificado/CME: após leitura, analise e alterações sugeridas pelo colegiado o documento foi aprovado, ficando sob os cuidados das conselheiras Carla e Rachel a formatação final do texto. Na sequência a conselheira Licila fez o uso da palavra para tratar da formação do Plano Municipal de Educação (PME) em que participou, informando que o conselho não participara da elaboração do PME diretamente, uma vez que o processo será organizado por representatividades, CME, Fórum e Secretarias. Informou ainda que o prazo estabelecido para a integração e conclusão do PME é de um ano. Nada mais havendo a tratar, a Presidente declarou encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos conselheiros presentes. O encerramento ocorreu às 17h36min.

Responsável pela ata:

Anne Dumas Barros Braga
Secretária Executiva

CONSELHEIROS (AS)	ASSINATURA
TAMIRES GONÇALVES M. GUERRA	
JULIANA FERRE MARTINS SULIANO	
CRISTIANE DOS SANTOS P. DE FREITAS	
LICILA DANTAS SALES DA FONSECA	
CARLA MEIRE RODRIGUES DE CAMPOS	
RACHEL MARTINS BARRAL	
LEANDRO JOSÉ DOS SANTOS SILVA	
CÉLIA MARIA DE ALMEIDA	
ADRIANA DAS D. DOMINGOS DE CASTRO	
VERA LUCIA BROJO A. DO NASCIMENTO	
LAÍS CAMARA DA ROCHA	

1

EXPEDIENTE

Órgão Responsável:
Subsecretaria de Comunicação

Jornalistas Responsáveis:
Nívea Marques

Edição e Revisão:
Jean Carlos Maia

Diagramação:
Jean Carlos Maia

Fotografia:
Jonathan Abade
Renan Ferrazzani

Impressão:
Subsecretaria de Comunicação

Versão Digital
www.mangaratiba.rj.gov.br/novoportal